

# REVISTA DOS CENTENÁRIOS



N.º 12-31 de Dezembro de 1939 - ANO I



COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS  
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO - REDACÇÃO: SECRETARIADO DA  
PROPAGANDA NACIONAL - RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

# S U M Á R I O

---

---

<i>ESCRÚPULO DOS CONJURADOS EM 1640 — Dr. Hipólito Raposo . . . . .</i>	<i>1</i>
<i>A ACLAMAÇÃO DE D. JOÃO IV NO RIO DE JANEIRO — Dr. Gustavo Barroso . . . . .</i>	<i>7</i>
<i>A MORTE DE D. JOÃO IV — Dr. Eduardo Brazão . . . . .</i>	<i>13</i>
<i>D. JOÃO IV — A sua «Livraria de Música» e o Colegio dos Reis, de Vila Viçosa — Maestro Ruy Coelho . . . . .</i>	<i>21</i>
<i>VILA VIÇOSA — Dr. Rodrigues Cavalheiro . . . . .</i>	<i>28</i>
<i>ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV — Dr. Eduardo Brazão . . . . .</i>	<i>37</i>
<i>COMO CONSEGUIU PORTUGAL A SUA AUTONOMIA POLÍTICA? — Dr. José de Oliveira Boléo . . . . .</i>	<i>41</i>
<i>CASTELOS DE PORTUGAL — Alcácer-do-Sal e Silves — Cap. Jorge Larcher . . . . .</i>	<i>45</i>
<i>REVISTA DA IMPRENSA . . . . .</i>	<i>49</i>
<i>NOTAS VÁRIAS . . . . .</i>	<i>52</i>
<i>ÍNDICE . . . . .</i>	<i>53</i>

# CONDIÇÕES DE ASSINATURA

( P A G A M E N T O   A D I A N T A D O )

	1 ano	2 anos
Continente e Ilhas adjacentes . . . . .	25\$00	50\$00
Portugal de Ultramar . . . . .	30\$00	60\$00
Estrangeiro . . . . .	35\$00	70\$00

Número avulso: 2\$50

A OFICINA GRÁFICA, LIMITADA  
encarrega-se de encadernar a  
REVISTA DOS CENTENÁRIOS  
I ANO

Capas em carneira, com ferros especiais :

A fogo . . . . .	20\$00
A ouro . . . . .	25\$00
(Empaste) . . . . .	5\$00

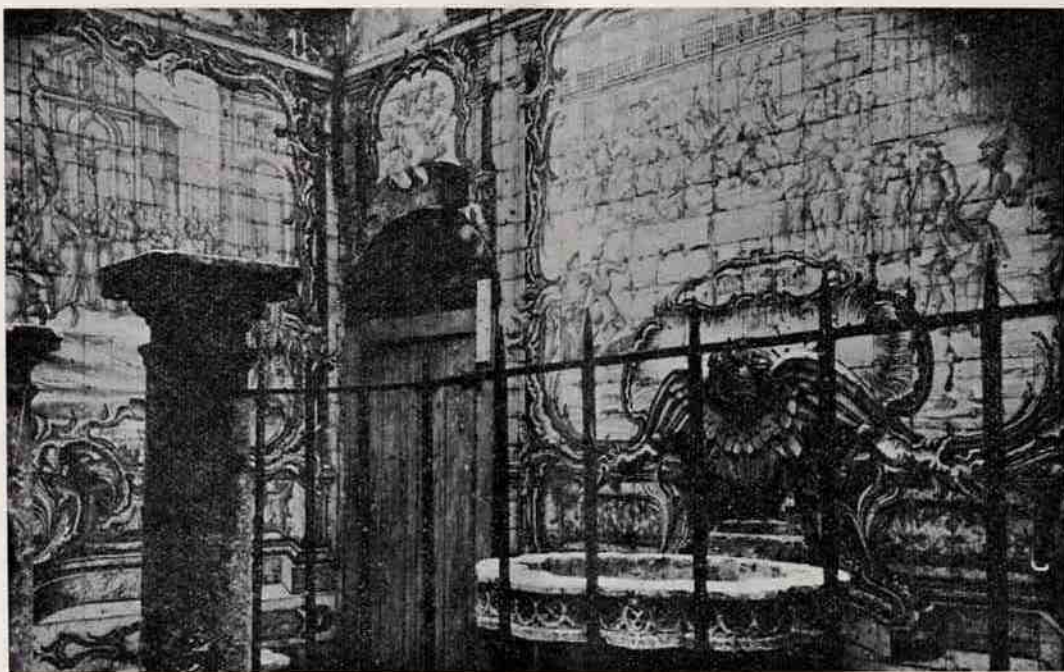
OFICINA GRÁFICA, LIMITADA  
Rua da Oliveira, ao Carmo, 8/Lisboa  
TELEFONE 22886



# ESCRÚPULO DOS CONJURADOS EM 1640

*É muito para relembrar a parte que teve na Restauração da Independência, o arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha.*

*Por aquela manhã clara, era notada a sua presença na Sé Catedral, com os cônegos a rezar e a esperar a todo o instante os acontecimentos do Terreiro do Paço onde estaria*



PAINES DE AZULEJOS REFERENTES A RESTAURAÇÃO

*(Palácio dos Condes de Almada)*

*pagando com a vida sua vileza e malfeitorias, o secretário de Estado junto da Duquesa de Mantua, Miguel de Vasconcelos. Após as proclamações, saindo o arcebispo com a procissão gratulatória, o braço direito do Crucifixo desprendeu-se de-certo por acaso, oferecendo, porém, à fé do povo o aplauso de uma bênção celeste.*

*Pelo seu grande significado, bastariam estas atitudes para sugerir, se outra não houvesse, a razão da escolha do prelado de Lisboa para a presidência do Governo, até à chegada de D. João IV, a 6 de Dezembro.*



A história dá testemunho da intervenção revolucionária de diversos padres e frades, figurando entre os mais activos, Nicolau da Maia e Bernardo da Costa, D. João Pereira, prior de S. Nicolau e o arcebispo D. Luis da Gama. Depreende-se que a disposição geral do clero fôsse séguir o exemplo do arcebispo D. Rodrigo da Cunha. Aos seus méritos de inteligência e virtude, juntava-se o da herança moral e política de seu pai, D. Pedro da Cunha, fiel partidário do Prior do Crato que veio a morrer a ferros da justiça filipina, encarcerado na Torre de Belem.

Sabia-se também que por modéstia, neste caso muito confundível com a sua dignidade de português, o arcebispo de Lisboa recusara em Madrid as altas honras e mercês com que a política de absorção de Felipe IV o procurara subornar.

Assim, pela autoridade do cargo e pelo prestígio da sua pessoa, era êle uma das primeiras figuras do Reino, e, como bispo da Igreja, bem podia continuar a linhagem espiritual dos prelados-cavaleiros, como D. João Peculiar, D. Teotónio, D. Sueiro, D. Gonçalo Pereira e D. Lourenço, arcebispos de Braga, e D. Aires da Silva, bispo do Pôrto, com D. Manuel de Menezes, bispo de Coimbra, ambos mortos em Alcácer-Quibir.

Quando em Outubro de 1640, alguns homens de boa fé e lealdade portuguesas, decidiram restaurar pelas armas a liberdade do Reino, chamando ao trono dos seus Avós o 8.º duque de Bragança, êsses conjurados sentiram-se possuidos de grave escrúpulo: se à luz da doutrina teológica era licita ou não a revolta contra o dominio castelhano. Tinham de obter uma certeza, para poder caminhar em tal desígnio com a consciência pura.

Não faltava literatura politico-religiosa em que os Portugueses pudessem encontrar justificação para o seu intento. A nenhum dêles seria desconhecido, para o não recordar, o célebre tratado do Padre Juan Mariana — Del Rey y de la Institución de la Dignidad Real, pela primeira vez impresso em Toledo por 1599, e já muito divulgado e discutido nas universidades. Nêle se lia, além de outros, um texto definitivo, muito aplicável, por ajustado, à situação de Portugal:

Todos los teólogos y filósofos convienen en que al principe que por médio de la fuerza y de las armas ocupó la republica, sin derecho alguno y sin el consentimiento de los ciudadanos, es licito quitarle la vida y despojarle del trono, pues que siendo un enemigo publico y oprimiendo al pais con todos los males, se reviste de todo el carácter y indole de tirano, a quien de cualquier modo es necessario que se quite y despoje de la potestad que violentamente se atribuyó.

Pouco depois, o português Frei Serafim de Freitas, insigne canonista, doutor de Coimbra e professor em Valhadolid, escrevia no mesmo sentido: Potest respublica Regem, si in tyrannidem evadat, regno et vita privare.

Mas, como notam vários tratadistas, incluindo o padre Mariana, difficil era sempre estabelecer o acôrdo quanto à identidade do tirano, às características que o pudessem defi-



nir com precisão, para legitimar a revolta contra o Poder e o último remédio do tiranicídio, por bem social do povo.

*As melhores narrativas históricas da Restauração referem o estreito entendimento dos conspiradores com D. Rodrigo da Cunha. O conde da Ericeira escreve:*

Ajustaram naquela noyte que era Domingo vinte & seis (*aliás* 25) de Novembro, que se executasse o que estava assentado ao sabbado seguinte primeyro de Dezembro, & cõmunicouse a todos q por intervenção do Padre Nicolao da Maya estava reduzido o Juiz do Povo, Escrivão, & Misteres, & alguns da Casa dos Vinte & quatro: porém que atemorizados com o successo de Evora ajustaram, que não fariam movimento algum sem verem declarada toda a Nobreza, promessa que facilmente conseguiram. Desta conferencia se deu parte ao Arcebispo de Lisboa, que havia alcançado licença para sair do empenho em que estava em Madrid, protestando as penas em que ficava encorrendo quem lhe impedia ir governar as suas ovelhas. Authorizava elle muyto a empreza, persuadindo com a virtude & com a eloquencia (havendo sido dos primeyros que fomentaram a liberdade da Patria, parecendo-lhe escrupulosa a sujeyção a ElRey de Castella, como possuidor intruso)... (1)

*Mas é na Lusitania Liberata, de António de Sousa de Macedo, que aparece suficientemente explícito o compromisso do arcebispo de Lisboa, no qual, por assim dizer, se envolvia a concordância geral do clero português.*

*Bem se compreende assim o empenho de tal adesão que exaltava os ânimos e tranquilizava as consciências daqueles bons cristãos, já conjurados para salvação do Povo, para servir o bem-comum da Nação.*

*Como êsse livro de Sousa de Macedo é bastante raro e foi redigido em latim, para ser o manifesto dos direitos do Restaurador e da justiça da Restauração ao mundo inteiro, deve considerar-se quasi desconhecida a página referente à primeira conferência secreta dos conjurados com D. Rodrigo da Cunha. Nestas condições, poderá oferecer algum interêsse a sua divulgação na equivalência do português vulgar. O texto não nos revela os nomes dos delegados dos conspiradores que foram à presença do arcebispo. Mas é de presumir que tenham sido alguns dos que primeiro se reuniram com D. Antão de Almada no jardim da sua casa: D. Miguel de Almeida, Francisco de Melo, monteiro-mór, Jorge de Melo, seu irmão, Pedro de Mendonça, António de Saldanha e João Pinto Ribeiro.*

*Dão conta do seu projecto ao arcebispo e pretendem saber dêle como hão de levá-lo à realização, sem ofensa da doutrina da Igreja. Ali vêm ouvi-lo, como a oráculo verdadeiro, para se certificarem se seria lícito aquele intento. Por último, rogam-lhe por amizade, por obrigação moral e por Deus, que abertamente lhes declare o seu parecer a tal propósito.*

(1) Portugal Restaurado, Lisboa, MDCLXXIX, Tom. I, pág. 95-96.



Com estas revelações e com o fim especial de semelhante diligência, ficou espantado o arcebispo de Lisboa.

Depois de uma breve pausa, por dever do seu cargo procurou dissuadi-los de tal designio, mostrando-lhes as dificuldades de execução do seu plano, os males próprios da guerra, ainda quando vitoriosa.

E, por estas razões, deveriam tentar-se outros meios com que mais suavemente se desse remédio aos males que a todos afligiam.

D. Rodrigo da Cunha, bom português, não dominava a sua hesitação, como a princípio não a venceram D. João da Costa e o Duque de Bragança, aquele que mais direito e mais dever tinha de ser prudente: qualquer precipitação importaria a ruína da Casa Ducal, a sua morte e a dos seus e, mais do que tudo, a perda irremediável da Esperança.

Às reflexões do Arcebispo responderam os futuros restauradores com uma distinção oportuna e fundamental:

— Não viemos aqui pedir conselho por bem do corpo, mas da alma: só esta pertence à vossa jurisdição.

Queremos apenas saber: É pecado o que pretendemos realizar? A vossa resposta será muito útil ou danosa para Castela. Conhecendo agora tudo isto, esclarecei-nos, por Deus-Vivo, sobre a verdade do caso.

A estas instâncias, respondeu então serenamente o arcebispo de Lisboa:

— Não pode negar-se que este Reino, usurpado por Felipe II e por seu neto agora injustamente possuído, pertence, sem sombra de dúvida, ao Duque de Bragança; quem lutar por êle, defenderá a justiça. Mas, mais uma vez vos lembro que penseis maduramente, antes de começardes a vossa obra.

— É quanto nos basta, respondem êles, retirando-se alegres e fortalecidos com o parecer favorável de tal autoridade. (1)

Só lhes restava fazer testamento, e pelos sacramentos da confissão e comunhão, preparar-se para a morte, se a glória não lhes estivesse prometida.

Fixado o dia da Revolução, como fica referido, era preciso avisar D. Rodrigo da Cunha, para que a sua presença, no momento próprio, animasse e honrasse a empresa, evitando também que a sua ausência não servisse de pretexto ou justificação para a falta de alguns ao compromisso tomado.

Nos últimos dias de Novembro, o prelado andava de visita às igrejas rurais nos ar-

---

(1) Lusitania Liberata ab injusto Castellatorum dominio restituta, &. Londini, in officina Richardi Heron. Ann. Dom. 1645, pág. 546.



LISBOA — MONUMENTO AOS RESTAURADORES



redores de Sintra, e por lá encontrou com êle D. Antão de Almada, para lhe anunciar que a revolta combinada seria no sábado, 1.º de Dezembro, rogando-lhe então que regressasse à cidade, para auxiliar o cometimento, se fôsse necessário.

O arcebispo, ainda incrédulo no seu júbilo, prêso à hesitação anterior, perguntou-lhe para última certeza:

— Então não desististes do intento?

— Isto tem de ser, tudo está pronto e só desejamos a vossa presença, rematou D. Antão de Almada.

— Então, irei, e Deus fará o melhor possível. (1)

Assim prestou a sua definitiva e eficaz adesão ao movimento libertador êsse prelado sexagenário, que já no exercício dos seus altos cargos sempre se esforçara por manter os antigos foros do Reino e suavizar os vexames da usurpação.

Na manhã da Revolução, à missa, liam-se oportunas palavras da Epístola de S. Paulo aos Romanos, e nelas mais do que coincidência litúrgica, muitos reconheciam um claro aviso do céu:

Et hoc scientes tempus; quia hora est jam nos de somno surgere. Nunc enim prior est nostra salus, quam cum credidimus.

Vieram buscar D. Rodrigo da Cunha para o encargo de presidente do govêrno, na hora em que procurava, de cruz alçada, serenar o alvorôço e evitar excessos e tumultos, quando o povo, já vencida a desconfiança e retraimento daquela surpresa, começava a invadir ruídosamente praças e ruas, dando largas ao júbilo da libertação.

O arcebispo de Lisboa, em tôda a cidade, alcançava naquele dia a virtude prodigiosa de um predestinado, mas nos três anos de vida que ainda teve, sofreria os maiores disabores com os atritos e dificuldades opostos pela Cúria Romana ao reconhecimento da independência de Portugal, que só veio a fazer-se com a paz, em 1668.

Depois da primeira vitória, para todos começava o ciclo do sacrificio por vinte e sete anos contados e que só pôde vir a suportar-se pelo milagre da unidade moral e política da Nação, do solar ao castelo, do convento ao presbitério, da cabana do pastor de gado à pobreza do Paço Real.

HIPÓLITO RAPOSO

(1) Lusitania Liberata, pág. 556.



# A ACLAMAÇÃO DE D. JOÃO IV NO RIO DE JANEIRO

Naquela manhã quente e luminosa de 10 de março de 1641, em que os montes vestidos de veludo verde placidamente se miravam nas águas tranqüilas da Guanabara, desembarcou apressado dum navio vindo da Baía o Reverendíssimo Padre Provincial da Companhia de Jesus. Trazia «a nova da felicíssima restituição» do Reino Lusitano, cuja corôa repousava na cabeça dum soberano português, aclamado a 1.º de dezembro de 1640 como seu «hereditário legítimo» e «Monarca de Dois Impérios».

Circunstaciada Relação contemporânea frisa bem o facto de ter sido a auspiciosa nova anunciada por tão eminente sacerdote com estas significativas palavras ao gôsto da época: «Quando à Cristandade resultam tantas prósperas por ordem e agência desta Sagrada Religião, não podia por outra via gozar o Brasil de tanto bem». Tanto bem, sim, porque o Império Ultramarino desleixado durante os sessenta anos do «letargo» de Portugal sob o domínio espanhol, fôra seguidamente presa de hereges invasores, de estrangeiras nações e de bárbaros índios.

Governava, então, a praça do Rio de Janeiro, varão ilustre, vencedor de tantos inimigos, Salvador Corrêa de Sá e Benevides, cognominado «o Terror da Holanda», filho de Martim de Sá, neto de Salvador Corrêa de Sá, da estirpe que dera à América Portuguêsa os puros e magníficos vultos de Mem de Sá, falecido longe da Pátria ao serviço de seu Rei, e de Estácio de Sá, morto em combate contra os franceses.

O Provincial dos Jesuitas conduzia, com as letras em que D. Jorge de Mascarenhas, Marquês de Montalvão, Viso Rei do Brasil, comunicava da Baía ao Governador do Rio de Janeiro a felicíssima restauração, a própria carta de D. João IV, proclamando às suas Justiças e Povos a aclamação de Lisboa.

Temia-se muito à socapa que Salvador Corrêa de Sá Benevides relutasse na aceitação do novo soberano, por vêr com a sua ascensão frustradas suas melhores esperanças. Recebera sempre da Côrte de Madrid provas de alto aprêço e subida distinção, que lhe auguravam soberbo futuro. Sua Majestade Católica o nomeara Almirante das Costas do Mar do Sul, o que estendia sua jurisdição ao Prata, e o mandara dominar levantes até no Paraguai. Filho de mãe castelhana, D. Maria Benevides, casado com uma espanhola, D. Catarina Ugarte de Velasco, ambas aparentadas de perto a Grandes de Espanha, Vice Reis do México e do Perú, mais lucraria servindo a Castela, senhora do Mundo, do que a um pobre Rei Português ainda não bem firme sôbre o trono que lhe doara uma revolução. Mas, nem o interêsse privado, nem o cargo ilustre, nem as ligações de parentesco sobrepujaram os sentimentos de sua alma de «verdadeiro, leal e fidelíssimo português».



Mal leu as letras que lhe entregou o Reverendíssimo Padre, ordenou ao seu Sargento-Mór de Batalha e Governador da Gente de Guerra, D. António Ortiz de Mendonça, convocasse oficiais, clero, cabos das fortalezas e ordenanças, nobres e prudentes da cidade para uma reunião

Salvador  
Benevides leu depois de pedir parecer dos Ofi-  
«cabeças da Re-  
D. João IV e ju-  
como seu legítimo  
o aplaudiram,  
contentes em se-  
do «pesado jugo  
ao castelhano.

Unanimida-  
vrou-se um auto-  
gada, registando  
a clamação «ne-  
dade». Bradaram  
panhando o pri-  
vernador: — «Vi-  
IV!» Com o Pen-  
mara desfraldado  
da Vida Municí-  
Península e no  
esquecida e ames-  
saíram em procis-  
triz, pelo meio da  
basbacada, a des-  
grossar o séqui-

Sob o cru-  
sol ardente de

-se um altar. Em cima da toalha de rendas, um grande missal aberto, sangrando em capi-  
tulares de mínio aureoladas de filetes de ouro. Todos juraram sobre êle, joelho em terra,  
«preito de homenagem» ao fundador da dinastia bragantina.



PAINEL DE AZULEJOS REFERENTES  
A RESTAURAÇÃO

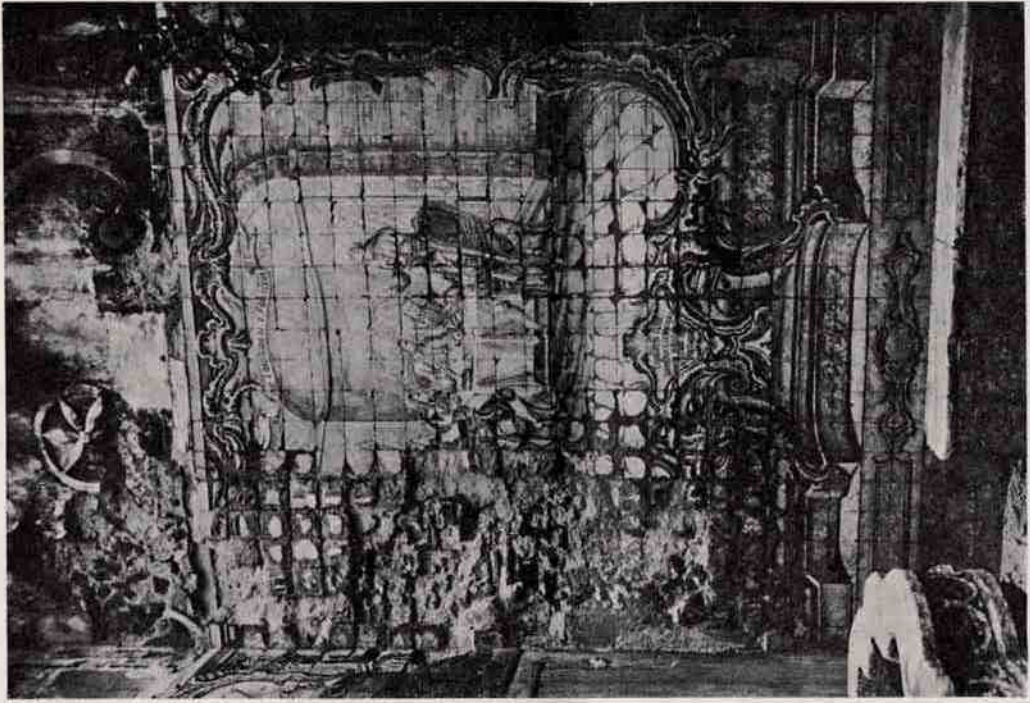
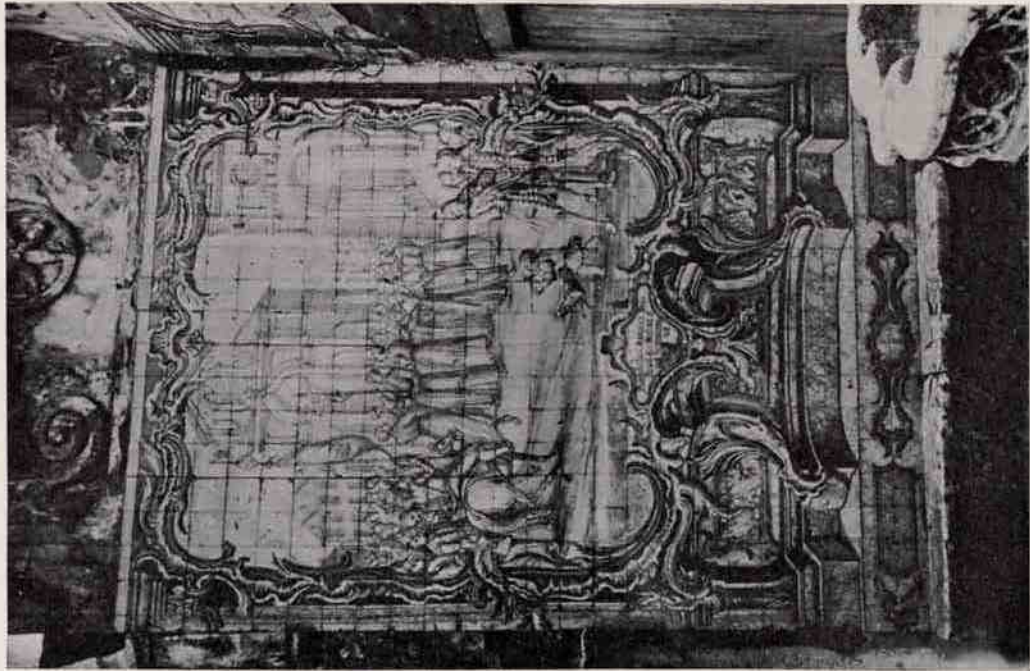
(Palácio dos Condes de Almada)

imediate na Li-  
dos Jesuitas. A  
nos se divulgara  
que se ia tratar.  
Corrêa de Sá e  
-lhes as cartas e,  
com empenho o  
ciais da Câmara,  
pública», aclamou  
rou reconhecê-lo  
soberano. Todos  
mostrando-se  
verem resgatados  
e tirana sujeição»

de de vistas. La-  
em boa letra ras-  
não ter havido na  
nhuma neutrali-  
unísonos, acom-  
meiro viva do Go-  
va El-Rei D. João  
dão Real da Câ-  
à frente, símbolo  
pal, tão forte na  
Brasil antigo, tão  
quinhada hoje,  
são até à Sé-Ma-  
arraia-miúda em-  
cobrir-se e a en-  
to.

zeiro do adro, ao  
março, levantara-





PAINÉIS DE AZULEJOS REFERENTES A RESTAURAÇÃO

(Palácio dos Condes de Almada)



De novo, estrugiram vivas, que o povo «pluralizava». Arvorou-se o Pendão Real da Câmara. «O tumulto aumentou». E, logo, todos os atambores e caixas do Presídio rufaram pelas ruas e praças da acanhada cidade colonial, em cujas esquinas se lançavam os bandos, ordenando aos moradores iluminarem suas casas. Ao mesmo tempo, troavam bastardas, colubrinas e falconêtes nos fortes, desde o alto do Castelo às ilhas da baía.

O sol se pôs ao estrondo das salvas. Na noite escura, as ladeiras esconsas do Castelo, o casario do alto e as torcicolosas vielas da baixa se estrelejavam de luminárias, ficando «tão lustrosa a cidade de fogos, tão inquieta de vivas e artilharia», que era cousa bem digna de se vêr. Uniam-se na mesma alegria «portugueses e brasilienses».

Ao romper do dia 11 de março, já o Governador despachava barra fóra, numa «canoa esquipada», Artur de Sá, Capitão da Fortaleza de Santa Margarida, com os traslados das cartas recebidas, a avisar São Vicente e São Paulo, antes que lá chegassem por qualquer via ordens de Castela. Em seguimento à canoa de Artur de Sá, velejavam um patacho rumo à Baía, a dar conta do assentimento do Rio de Janeiro ao Viso Rei, e uma caravela na derrota de Lisboa, com notícias e felicitações para El-Rei.

Decretou-se festa nos quartéis por oito dias seguidos, com a recomendação de que delas não fôssem privados nem os corpos de guarda. Todos deviam participar do júbilo da Restauração. Mal findavam os festejos da soldadesca, com vinhaça e bródio, no dia 19, véspera de São Bento, achando-se o Governador a ouvir na igreja do mosteiro a prêgação de Frei Manuel, houve grande alvoroço na assistência. Entrava portas adentro o seu Ajudante, conduzindo o Mestre numa caravela recém-chegada, cujas velas húmidas de salsugem ainda secavam ao sol, antes de ferradas, ao longo dos mastros.

Curvando-se reverentemente, o velho marujo entregou a Salvador Corrêa de Sá e Benevides duas cartas com bulas pendentes de cera vermelha. O Governador reconheceu à primeira vista que eram de Sua Magestade El-Rei D. João IV. Levantou-se de sua alta sédica, beijou-as com unção, pôs os sêlos rubros sôbre a cabeça em sinal de obediência e leu-as ao povo em voz alta. Relatavam o Grande Acontecimento e determinavam providências. Estrugiram, finda a leitura, vivas trepidantes.

Voltando-se para o feliz mensageiro, Salvador Corrêa de Sá e Benevides declarou-lhe que, como alvíssaras, seu navio ficava isento da imposição dos vinhos, que êle indemnizaria ao erário real, bem carecido de fôrças no momento, de sua própria fazenda.

No dia seguinte, o Governador fez aparelhar uma nau, meteu-lhe dentro um trôço de vinte soldados sob o comando do Capitão Antônio Lopes Mialha e despachou-a a 21 de março para Buenos Aires, com «aviso reservado». Não se sabe qual foi, mas no seu leal proceder autoriza a supôr fôsse uma comunicação às autoridades espanholas do ocorrido e de não continuar como Almirante das Costas do Mar do Sul, a-fim-de evitar possíveis equívocos.

Os verdadeiros festejos comemorativos da feliz aclamação de D. João IV no Rio de Janeiro sômente se realizaram depois de recebidas as duas epístolas reais. Começaram no



domingo 31 de março com tantas luminárias que pareciam estar — diz um documento coevo — «substituindo as estrêlas», sumidas então no engaste negro dum céu ameaçador.

Percorriam as estreitas ruas, orladas de casebres e de tôscos casarões crivados de mudejares, por trás de cujas reixas as mulheres espiavam curiosamente, cento e dezasseis cavaleiros armados de ponto em branco, acaudilhados pelo Capitão Duarte Corrêa Vasqueanes e pelo próprio Governador, êste coberto de alvo setim, seguidos pela mirífica «invenção» do Licenciado Jorge Fernandes da Fonseca e seus filhos : dois grandes carros, em que tocavam músicos ocultos sob tapizes de sêda e moitas de flôres. O povilêu vivava com estrondo o Senhor D. João IV, fazendo côro às aclamações dos gentis cavaleiros.

Na segunda-feira, 1.º de abril, a multidão encheu o Campo da Ajuda, capinado e alindado, onde se travaram lutas fingidas entre frecheiros e soldados, rememorando as emboscadas, os ardís e os assaltos das guerras contra hereges, estrangeiras nações e bárbaros índios, em que se cobrira de glória o nome dos Sá.

Na têrça, ali se correram touros com mil sortes e prémios. Nunca a gentalha se divertiu tanto ! Na quarta, se jogaram canas, levando a todos a palma o Governador e Duarte Corrêa, perfeitos cavaleiros. Na quinta, o céu turvo desmanchou-se em água, frustrando ao povo a representação dum auto, que teve de ser feita na Sala do Paço. Na sexta, a chuva foi tanta que as ruas se esvasiaram e a cidadezinha êrma e silenciosa se envolveu em líquidas toalhas.

No sábado, sol maravilhoso, dourando a tremulina das águas e o verdor refrescado dos morros, dominados pelo cocuruto do Corcovado, hirto no céu de anil. Vinte cavaleiros escolhidos, tendo sempre à frente o Governador e Duarte Corrêa, correram manilhas ou argolinhas, aplaudidos delirantemente pela multidão. No domingo, continuou o bom tempo e os mascarados se espalharam por tôda a parte, em diabruras. Foi o primeiro carnaval carioca. À noite, muito «fogo de pólvora» e «alardo» dos estudantes.

«Desta maneira — diz uma Relação da época — aclamou o Rio de Janeiro ao Senhor D. João IV por Verdadeiro Rei e Senhor do Reino de Portugal ; desta maneira aplaudiu tão feliz feito como sua restituição a êle ; e desta maneira manifestou os ânimos dispostos a seu Real Serviço».

GUSTAVO BARROSO  
(Da Academia Brasileira)





# A MORTE DE D. JOÃO IV

Foi a 6 de Novembro de 1656 que faleceu o Rei D. João IV. Tinha cinqüenta e dois anos de idade; e uma retenção de urinas <sup>(1)</sup> levou-o em poucos dias. <sup>(2)</sup>

O passamento do monarca foi sinceramente sentido, estamos certos disso. Portugal devia-lhe muito na causa da sua independência!

Nos últimos momentos da sua vida mostrou bem o *Restaurador* a sua admirável formação cristã e uma alma transbordante de bondade. Podemos hoje seguir êsse curto período através de algumas descrições que nos ficaram, sendo uma delas, pelo menos, o retrato fiel, como julgamos, dos factos que relata minuciosamente. Trata-se duma obra hoje raríssima e que se intitula assim: «Ultimas acções del Rey D. João IV nosso Senhor. Escritas, & ofrecidas a Rainha Nossa Senhora por Vicente de Guzman Soares. *Por relação de quem assistio presente a todas ellas.* Non quantum; sed quid. Em Lisboa. Com todas as licenças necessárias. Na officina Craesbeeckiana. Anno M.DC.LVII.»

O exemplar que conhecemos desta obra pertence à *Biblioteca Nacional de Lisboa* <sup>(3)</sup> e o Prof. Prestage utilizando-se dêle fez uma nova edição dêsse precioso opusculo, também já hoje rara.

Julgou-se até há pouco que Gusmão Soares, nascido em Lisboa a 22 de Janeiro de 1606 e autor de várias obras <sup>(4)</sup> havia dado apenas o nome para a publicação dêste trabalho, sendo seu verdadeiro autor o 3.º Conde de Penaguião, Camareiro Mór de D. João IV.

<sup>(1)</sup> «A supressão de urinas durou nove dias» escrevia D. Luiza de Gusmão ao residente na Suécia (*Biblioteca Nacional de Lisboa* — Mss, F. G, códice 1477).

<sup>(2)</sup> O Dr. Júlio Dantas, num notável artigo que safu há pouco no *Comércio do Pôrto*, diz que a morte do Rei tivera como causa uma nefrite aguda no decurso de um processo de nefrite crónica, ou gotosa, baseando-se para tal diagnóstico no que escreve um dos médicos do monarca — Francisco Morato Roma — no seu livro *Luz da medicina*.

É curioso conhecermos agora a lista dos clínicos que trataram D. João IV nesta sua última doença e os seus respectivos vencimentos:

«Rol dos Médicos q̄ assistirão a doença de S. Mag.º q̄ D.º tem:

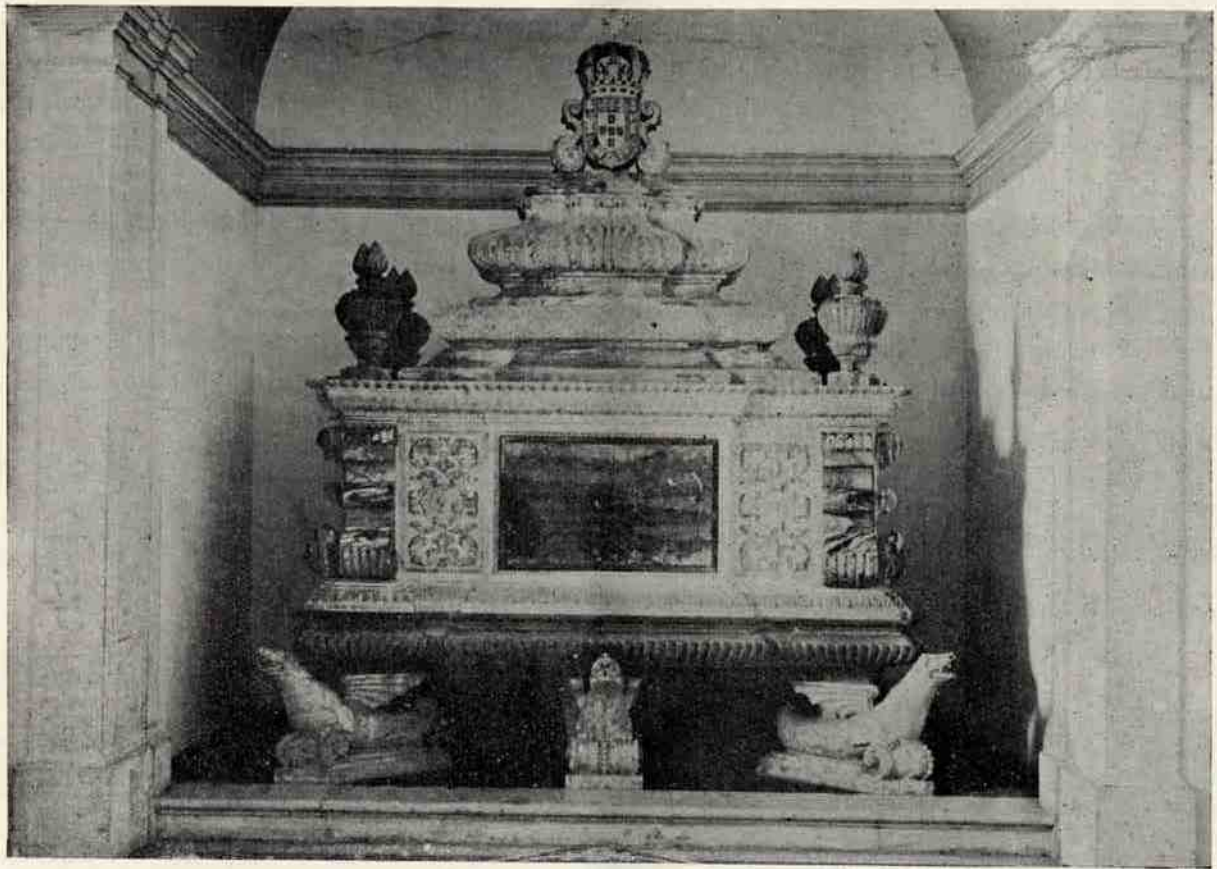
O Fizico Mor, 40\$; O Cirurgião Mor, 40\$; Antonio da Matta, 40\$; Francizco Morato, 40\$; Crespim do Rego, 40\$; Ferrão Sardinha, 40\$; Braz Nunez Manhaz, 40\$. Cirurgioenz, Francizco Nunez, 20\$; Francizco Guilherme, 20\$; B.ºr Teixeira, 20\$; M.ºl Lopez Boticario, 20\$; Hum homem de q̄ o Camar.º mor dará o nome q̄ preparou os banhos, e assistiu com gr.ºs trab.º em todo o tempo, 20\$» (*Torre do Tombo* — *Colecção de S. Vicente* — vol. XXIII, fql. 78 v.

<sup>(3)</sup> — Reservados — 900 preto; e não, como refere Edgar Prestage, na nota que precede a nova edição desta obra, — «secção de história, n.º 5312 vermelho.»

<sup>(4)</sup> — Barbosa Machado — *Biblioteca Lusitana* — tomo III, pág. 781 e seg.; Inocêncio — *Dicionário Bibliográfico* — vol. 7, pág. 425. A data do nascimento que nos dá êste último difere da do primeiro. Assim diz que foi a 26 de Janeiro de 1606.

No entanto Prestage acha, e para aí nos inclinamos, que Gusmão deve ter sido na verdade o autor das «Últimas acções» tendo trabalhado com notas de Penaguião. Mas seja como fôr o relato é precioso e por êle mais uma vez nos é dado admirar essa grande figura de monarca.

Ainda conhecemos outra descrição do falecimento de D. João IV. Chama-se: «Relação da morte e enterro da Magestade Serenissima del-Rey D. Joam o IV de glorioza me-



TUMULO DE D. JOÃO IV

(Panteão da Dinastia de Bragança—Igreja de S. Vicente de Fóra—Lisboa)

moria. — por Francisco Leytam da Silva — Cavalleiro Professo da Ordem de Christo — Em Lisboa — Na officina de Domingos Lopes Rosa — Anno MDCLVI.»

Estando agora na *Biblioteca da Ajuda* a fazer os Índices analítico, onomástico e toponimico dessa obra monumental que é a *Rerum Lusitanicarum* — os 222 códices de documentos referentes às relações de Portugal com a Santa Sé que o *Magnânimo* mandou



copiar em Roma — encontrámos mais uma descrição da morte do soberano, que supomos estar inédita. Trata-se duma *Relação* que Francisco de Sousa Coutinho, então na Cidade Eterna como nosso representante <sup>(1)</sup>, apresentou ao Pontífice, juntamente com a sua carta de 7 de Janeiro de 1657, que também publicamos.

São dois documentos interessantes estes que mostram mais uma vez, como era então cuidada a nossa representação diplomática.

## I

[244 v.º]

*« Lettera in forma di Memoriale dato à Nostro Sig.<sup>re</sup> dal Sig.<sup>r</sup> Francesco di Sousa Coutinho. Ambasciatore del Ré di Portogallo, nel quale si dá parte della morte del Ré D. Giouanni IV, seguita li 6. Novembre 1656. =*

Beatissimo Padre

La Regente di Portogallo priui sono già tant'anni di Gouerno Spirituale, colmi della disgrazia hanno perso il Ré D. Giouanni IV. mio Sig.<sup>re</sup>

[245] Che sia in gloria. Prencipe la cui pietá serui sempre / d'Argine, e di reparo á quei mali, che per minori ueniuno abbracciati dalla corrente del Publico, come estorti della uiolenza di una dura necessitá. Segui la Sua morte alli 6. di Nouembre doppo dieci giorni d'infermitá con sentimento in quel punto di uedersi mancare la Sua Benedizione, essendo conscio á se stesso, et auendo tutto il Mondo per Testimonio d'auerla con esemplare pazienza sollecitata, má sempre in darno. Et alli 15. fú Coronato il Ré D. Alfonso suo figliolo Primogenito, e mio Sig.<sup>re</sup>, restando questi pochi mesi, che mancano alla di lui Maggioranza Regente con assoluta autoritá la Maestá della Regina, seguito il tutto con tanta unione d'animi, e dimostrazione di deuozione, ed ossequio in tutto il Regno, che se fusse quel cordoglio capace di sollieuo ben grande, lo porgerebbero non meno i saggi del

[245 v.º] spirito, e del Talento del nuovo Ré, e l'esperimentate pro- / ue del valore della Regina, che é il disinganno de nemici, e male affetti alla Corona di Portogallo, quali hauendone prouata l'unione, e saldezza in occasione si

(1) — De 1655 a 1659 — Luiz Teixeira de Sampaio — *Arquivo histórico do Ministério dos N. Estrangeiros* — pág. 104; Eduardo Brazão — *A Restauração* — pág. 464.

grande hanno sepolto nella Tomba del fú Ré D. Giouanni Mio Sig.<sup>re</sup> le loro malfondate speranze; no stimato nùo debito il darue parte à Vostra Santità, e seguirà un racconto piú distinto di tutto il successo, quando possi essere á Suoi Piedi, per esporli anco in nome della Regina mia Sig.<sup>ra</sup> quanto mi uien comandato. Spero, che il figlio sará erede della Pietá, e delli Stati, non già della poca fortuna, che ha auuto il Padre in questa Corte, lo confido nella giustizia, et affetto di Vostra Santità á pié della quale umilmente m'inchino li 7. Gennaro 1657. =

Humilissimo, e Deuotissimo Seruitore  
*Francesco Sousa Coutinho* (1)

## II

[240 v.º] [A' margem]: Ex Cod. M. SS. Archiui D. D. de Moraldis de Vrbe = N.º 3. pág. 1. =

*«Relazione della morte di D. Giouanni IV. Ré di Portogallo seguita li 6. Nouembre 1656.»*

S'ammalò Sua Maestá (che sia in gloria) il di 25. di Ottobre di una gran ritenzione di vrina alli 28. li fú cauato sangue, il che si seguiró á fare per sette uolte, per il piú dal piede, ne con bagni d'oglio, ne con altri molti medicamenti si poté far orinare, che per ciò si chiamó Francesco Gueldieme, con molti altri Medici, e Chirurghi, et il Conte di Mira condusse un Forastiero, al quale promise del suo  $\frac{m}{5000}$  scudi se auesse risanato il Ré. Non si lasciò per tanto di operare in ogni miglior modo la quinta essenza di Ambra, fú senza frutto, si che non ui essendo altra speranza, che nell'aiuto d'Iddio benedetto, si cominciorono le Processioni, e si condussero Immagini di gran venerazione, come fú il / Santissimo Crocifisso del Carmine, il Santo Sudario della Madre d'Iddio Nostra Sig.<sup>ra</sup> della Natiuitá del Sig.<sup>re</sup> Quali non mai furono condotte attorno, uedendosi ben tre, e quattro Processioni il giorno; si espose medesimamente il Santissimo Crocifisso di San Domenico, col Santissimo nel Costato accompagnato da tutte le Confraternite sino á Palazzo, e Sua Maesta bacio la Santa Imagine

[241]

(1) Biblioteca da Ajuda. Colecção «Rerum Lusitanicarum», Vol. LVIII fols. 244 v.º-245 v.º Codice, 46-XI-19.



- piangendo tutti, che ui si trouorno, e le grida dolorose, e meste andauano al Cielo. Pareua che in tal giorno finisse il Mondo, tant'erano i pianti di chi desideraua la salute di Sua Maestá, fú detto Crocefisso accompagnato da tutta la Nobiltá del Regno per esser piú di 300 anni che non era uscito in Processione, non mancando di accompagnarlo i Cappuccini, e Carmelitani
- [241 v.º] Scalzi con loro Oratory, e Pro-/cessioni senza cessar mai lunedì 26 del presente alle 17. hore rese Sua Maestá l'anima al Creatore, hauendo prima fatto una gran protesta della fede, quando li fú portato il Santissimo della sua Parochia, e fece un attione anco molto considerabile, che fú di far chiamare li Conti di S. Lorenzo di Castel Migliore di S. Giouanni di Viminoso, e Rodrigues Fernandez di Almada, e li fece far pace insieme, dandosi le destre per segno di riconciliazione. Prima della Sua morte fece mercede all'Infanta Sua figlia legitima dell'Isole Terzere, delle Cittá Lamego, e Mora Maritandosi nel Regno, e maritandosi fuora le assegnó  $\frac{m}{500}$  scudi di Dote, nomina nel Testamento un'altra piccola figlia, che stá in educazione alle Carmelitane Scalze di Nostra Sig.<sup>ra</sup> della Luce, e la dichiara
- [242] sua, lasciandoli i luoghi di Torres Medias, Colares, / Assambusgia et Assignaga, e  $\frac{m}{X}$  scudi di rendita, e  $\frac{m}{50}$  per mettere in ordine la sua Casa. Há laciato il Gouerno assoluto alla Regina, continuando l'istesso Consiglio di Stato, com'egli faceua, ha lasciato grand'elemosine, e 4. messe quotidiane, ordinando di esser sepolto in S. Vincenzo di fora. Ricevió ad un Capuccino, che l'assisteua, che li dasse il suo habito per essere seppellito con quello, e li fú dato. Tutto il giorno fú Sua Maestá assistito da tutti i Cauallieri, e molti Religiosi con gran lacrime, et egli con grand'animo disponeua delle cose, non scordandosi d'ordinare, che le camere, e musica fossero fideicommissi lasciando gran rendita á Gio : Suarez Labello, per poter componere, e per pagar scrittori, che l'aiutassero. Comandó, che la Sua Cappella Reale,
- [242 v.º] che si fece nella Sala / de Tedeschi con gran bizzarria, con tapezzerie di broccato nuouo bianco, e cremisino, doue nel mezzo s'alzauano tre gran coperte di velluto Cremisino, con passamano d'oro, in cima de quali staua, un letto fodrato di licco broccato d'oro, uicino al quale s'adornó un Altare di negro. 20 altri de quali s'alzorno nel corridore, che uá al forte, sopra al quale il di seguente si celebrano molte Messe, da Vescoui eletti, et altri Sacerdoti. Per la mezza notte del giorno lo portarono in Cappella li Duchi d'Auéro, e Cadauali, Marchesi di Goueto, e Nizza. Conti Cameriero Maggiore et il Ré uestito riccamente, e sopra questo da Capuccino con stiuiali, e speroni, e manto bianco,



- e piume, e lo posero in una Cassa, che staua sopra il letto, con le cerimonie solite di quando era uiuo, e posero un panno di broccato sopra / la Cassa, dentro la quale ue n'era una di piombo, quale saldarono, e poi riposero queste in un'altra molto ricca coperta di Broccato, e passamani d'oro, che teneua tre chiaui, quali serró il Maggiordomo maggiore, poscia salito il Guarda robba maggiore coperse il tutto con panno di broccato, con gran frangia d'oro, e Croci di tela bianca nel mezzo disponendoli intorno 12. Torcieri di Argento accesi. Il Martedi alle 24. hore si ordino il funerale, ponendosi dal Palazzo insino á San. Vincenzo in due ali tutti i Religiosi. e Confraternita quella della Misericordia, e di San Giouanni lo condussero nell'Atrio della Cappella in Piazza, doue staua un banco coperto di broccato con tre muli guarniti dell'istesso, dentro la quale posero la Cassa, coprendola col detto panno. Precedeuano li Titolati con gran gramaglie á Cauallo con gualdrap- / pe, 20. Chierici di Cappella, e 40. Cappellani con sua Croce, e Torcie, e 60. Aiutanti di Camera á piedi con Torcie, poscia ueniua il Cauallo di Sua Maestá, e seguia un Cocchio portato da Sua Maestá da Villa Viciosa lauorato in Roma riccamente; giunto che fú doue l'aspettauua la Confraternita della Misericordia con Bara di broccato, nella quale riceuette Sua Maestá tutti gl'officiali di Casa, e Portieri ruppero le loro insegne, buttandole a piedi della Tomba. la detta Confraternita lo portó sin dentro l'Altare Maggiore, doue erano alzati cinque gradi di velluto cremisino, e passamani d'oro, e sopra un Tumulo di broccato, e sotto quel'altro broccato foderato di lama bianca con pizzi d'oro grandi, che copriua tutto il piano, e l'istessi Sig.<sup>ri</sup>, Jcol Conte di Mira portarono Sua
- [233]
- [243 v.º]
- [244]
- Maestá sopra de gradi con gran fatica, ponendo la Cassa dentro / un'altra, e salito il Marchese, e Segretario di Stato, e Cauallieri testimoniarono, che iui si trouaua Sua Maestá, facendone consegna á Frati, á quali il Maggiordomo Maggiore consegnó una Chiaue, chiudendo la Cassa. Quando uscì di Palazzo lo seguirono il Prencipe, e l'Infanta con loro Capucci. Sino á 9. hore si stette senza far niente, et il tal giorno alle 16. hore uenne la Camera della Città con Capucci, e giubbe nere, preceduta dal Procuratore della Città á cauallo strascinando bandiere di baietta nera. Seguiuono tré Giudici Criminali con loro scudo di tauola sottile, con sopra dipinta l'arme di Sua Maestá in nero, uno de quali scudi fú spezzato nell'atrio della Cattedrale, l'altro nella strada nuoua, doue staua alzato un palco coperto di



negro e l'altro nella scala dell'Ospedale, el il Giudice gridaua ponendosi lo  
[244 v.º] scudo sopra la testa. Pian- / gete Nobili, e piangete Popoli, che il nostro Ré  
D. Giouanni IV., che ui governó 16. anni con tanto amore é morto lo spez-  
zaua, piangendo tutti gl'Astanti. Per la Coronazione si stanno appare-  
chiando gran Gale. Si fará á i 15. di questo nella Sala Reale, e non nella  
Catedrale per la minoritá del Ré.» (1)

EDUARDO BRAZÃO

---

(1) Biblioteca da Ajuda. Colecção «Rerum Lusitanicarum», Vol. LVIII fols. 240 v.º - 244 v.º Codice, 46-XI-12

## D. JOÃO IV

### A SUA "LIVRARIA DE MUSICA" E O COLEGIO DOS REIS, DE VILA VIÇOSA

D. Teodósio II, 7.º Duque de Bragança, deu uma educação musical a seu filho D. João IV, futuro rei de Portugal.

Na «Vida do Serenissimo Rey Dom João o 4.º de gloriosa Memoria» um religioso da Ordem do Patriarca de S. Bento, Cronista Mor do Reino, conta o seguinte: «Para seu filho aprender a arte da Música tinha o Duque Dom Theodosio conduzido de Itália a Ruberto Torgh por insigne na arte acrescentado partido de Mestre de Sua Real Cappella. E em outro aposento separado a seu filho aonde o mesmo Duque Dom Theodosio o podia obrigar com sua presença á lição cotidiana».

Dom Teodósio arranhou mesmo um condiscípulo, João Soares Rebelo, para «estímulo de competência»...

Como muitos outros aprendizes de música que mais tarde chegaram a ser músicos notáveis, o futuro Rei de Portugal aprendeu a música «contra sua vontade».

No testamento do próprio Duque D. Teodósio pode vêr-se: «Lembro a meu filho que a melhor coisa que lhe deixo nesta casa he a minha Capella, e assim lhe pesso se não descuide nunca do ornato d'ella, assistindo-lhe enquanto puder aos officios divinos que se celebrarão nella, procurando que sejam com a perfeição que athe aqui, assim de Cappellães, Musicos, officiaes, como de todo o mais serviço, o que lhe encarrego quanto posso; e lhe pesso pelo amôr que lhe tenho; pois o servir a Deus continuamente hade ser a occupação que mais lhe encomendo porque espero na Divina Magestade que pagará com o favorecer a assistencia e cuidado com que proceder com o servir. E outro sy lhe advirto que para isso sêr com mais faculdade, e eu me assegurar mais o obriguey contra sua vontade a que aprendesse a Muzica; e omitindo algumas vezes o fiz continuar nesse trabalho».

Sabe-se como mais tarde D. João IV amou a Música e nela se distinguiu como compositor, teórico, criador da melhor livreria musical do seu tempo e reformador do «Colégio dos Reis, de Vila-Viçosa» fundado por seu pai para estudo da Música, canto e órgão.

Como teórico publicou obras famosas no tempo como «Defensa de la Musica Moderna».



A «Defensa de la Musica Moderna contra la errada opinion del Obispo Cyrillo Franco» (1649) inspirou a um poeta anónimo de então o seguinte soneto:

*«El que la nueva musica defiende  
Luso escritor, con peregrinas flóres  
Retratar sabe en métricos colores  
Efectos con que el alma se suspende.*

*Injusta pluma, desluzir pretende  
Del arte en vano, armonicos primores;  
En quanto sus defensores superiores  
Pluma discreta felismente enprende.*

*Oraculo divino es todo quanto,  
Repulsa vais de accusacion mentida,  
Todo misterios, que el respecto occulta.*

*Vence censuras criticas en tanto  
Gloriosamente al arte presumida  
Al discurrir de inteligencia culta.*

A «Defensa de la musica moderna» «contiene una carta del Obispo Cyrillo Franco escrita al cavallero Ugolino Gualteruzio en la qual se queixa mucho, que la musica moderna no haya los efectos que hazia la antigua» e demonstra-se, «muestrase lo contrario de lo que el Obispo dize, y que la musica antigua no tenia mas fuerza para mouer que la de ahora; y que nos hacer los mismos efectos, no es falta de la musica, ni del compositor».

A sua livraria musical deveria ser importantíssima, como se conhece do catálogo ou *Index*.

O exemplar existente na Torre do Tombo como o da Biblioteca Nacional de Paris do qual Joaquim de Vasconcelos fez uma cópia, dão uma ideia aproximada da livraria musical que o próprio D. João IV, no seu testamento, diz ter juntado com muita curiosidade: «Juntei com muita curiosidade e em muitos anos a minha livraria de música». «Para se conservar a minha livraria de música, de que acima tenho disposto com a limpeza e perfeição que convém, lhe deixo e aplico para fábrica quarenta mil reis de renda perpétua em cada ano».

Teriam sido destruídos com o terremoto de 1755 os «quarenta e dous Cayxõens», que no Paço da Ribeira guardavam tantos tesouros, nacionais e estrangeiros, de Duarte

"Lux Fidelis"

Motete por El-rei D. João IV

Aufante

The image shows a handwritten musical score for a motet titled "Lux Fidelis" by Rui Coelho. The score is written on four systems of staves, each system containing a grand staff with a treble and bass clef. The key signature is one sharp (F#) and the time signature is common time (C). The notation includes various rhythmic values such as quarter, eighth, and sixteenth notes, as well as rests and dynamic markings like accents and slurs. The piece concludes with a double bar line and a fermata on the final note.

CÓPIA DO MAESTRO RUY COELHO



Lobo, Frei Manuel Cardoso, Filipe de Magalhães, Manuel Rebelo, «Missas festivas» de «requiem» «Motetes» «Ofícios» Villamios», obras teóricas como o «Tratado de Musica» do filósofo Anicius Boetius, «Institutione harmoniche» de Zarlino de Chiogia?

Teriam voltado algumas à Biblioteca do Palácio de Vila-Viçosa, que me dizem conter ainda muitos manuscritos musicais?

Eis um trabalho importante a fazer: saber o que existe dessa famosa livraria de música de D. João IV.

Outra investigação interessante a fazer seria a que se relaciona com o «Colégio dos Reis de Vila-Viçosa» fundado pelo pai de D. João IV, D. Teodósio, e que mereceu especial proteção, mais tarde, do Rei D. João IV.

Organização de escola de música tão perfeita foi essa, que ainda há pouco, passados tantos anos, parece ter sido imitada pela fundação musical na Bélgica da Rainha Elizabeth.

Os estatutos do Colégio dos Reis de Vila-Viçosa, aprovados em 18 de Março de 1645, publicados nas «Provas da História Genealógica» com a rubrica «Regimento do Colégio dos Reis de Villa-Viçosa», são um documento duma grande actualidade, agora que se comemora o Centenário da Independência e em que é necessário fazer conhecer a estatura mental e moral de D. João IV. Eis uma amostra do 1.º Capítulo:

«Averá neste Collegio athe oito Collegiaes, e far-se-hão deligencias por se acharem moços de boas vozes, que tenham principio de canto de orgão, e ainda que o não tenham, não passando de nove anos, que nelles dem mostras de aproveitamento e terem boas vozes, e os que souberem cantar, dando mostras de não mudar cedo, serão recebidos, senão passarem de doze anos, e se forem extravagantes que tenham corrido muitas terras, não serão recebidos sem tirar informação de sua modestia e criação, e dos que assim se acharem, avendo alguns de iguaes partes se fará eleição dos que forem naturaes das terras do meu Ducado de Bragança e de melhor nascimento, e que careção de inhabilidade, para deixarem a vir a sêr Sacerdotes, de que se tirará informação secreta, como se faz aos que querem entrar em Religião, chamados e examinados, em presença do Reitor do Collegio e mestre da dita Capella, precedendo as mais deligencias necessarias, se fará um termo no livro para isso ordenado, em que se declarem as condições com que seirão admetidos no Collegio o Reitor os irá instruindo no ajudar das missas e nos estilos que se guardão na Capella».

No mesmo regulamento ficou estabelecido a obrigatoriedade de duas lições de canto por dia, uma de manhã, de uma hora, e outra de tarde de hora e meia.

«Ordinariamente estará cada Collegial, no Collegio oito anos, quatro para servirem



na Capella e estudarem canto, e outros quatro para estudarem latim, o qual tempo lhe poderey variar, conformando-me com o talento de cada um d'elles, de modo que se um cantar tiple, mais de quatro, cinco ou mais annos, sempre servirá na Capella, sem lhe diminuirem os quatro de latim, ainda que excedam os oito do Collegio, e o Reitor terá cuidado de saber dos mestres, que lhe dão lição no dito Collegio, se são deligentes, e aproveitão bem o seu tempo».

O «Colégio dos Reis, de Vila-Viçosa» foi depois no tempo de D. João V aumentado, como edificio e como escola de música, elevando o número de colegiais a vinte.

Em 1812, o serviço da Capela Ducal só tinha dez cantores e dois organistas.

Em 1834, há um século, tudo estava terminado.

Essa tradição de amor e culto da música erudita que vinha desde D. Teodósio I, que se manteve e alargou com D. Teodósio II, D. João IV, D. João V, D. João VI, em 1834, foi asfixiada...

Conta D. António Caetano de Souza na «História Genealógica da Casa Real»: «...o Duque D. Theodosio teve a ella (música) mais afeição e genio que sciencia. Nunca jamais recusou ouvila, antes gostou della enfermo, e são, não só porque pelo seu natural lhe era inclinado, senão porque sentia cobrar com a harmonia novas forças o animo, fatigado de outros tantos sucessos e exercicios, e tambem porque achava menos inconveniente do que falar».

Depois, pelos séculos fóra, nos descendentes, aviva-se sempre o mesmo gôsto pela música. A acção musical de D. João V, com reformas de ensino, e ainda no domínio da música religiosa, profana e na introdução em Portugal, em 1708, da ópera italiana, quando casou com D. Maria Ana de Austria, filha do Imperador Leopoldo; o culto pela música de D. Maria Barbara filha de D. João IV, mais tarde rainha de Espanha pelo casamento com Fernando VI, que foi discípulo de Domenico Scarlatti em Portugal; a influência de D. João VI; as aptidões de D. Pedro IV; de D. Luiz, de D. Carlos I, do Rei D. Manuel II, do qual o eminente Mestre e seu professor Alexandre Rey Colaço disse ser «dotado dum enorme talento artístico», êsse bom gôsto que se mantem sempre em nível elevado nos Braganças, mostra bem o grau de cultura e qualidade da sensibilidade de tão nobre família portuguesa.

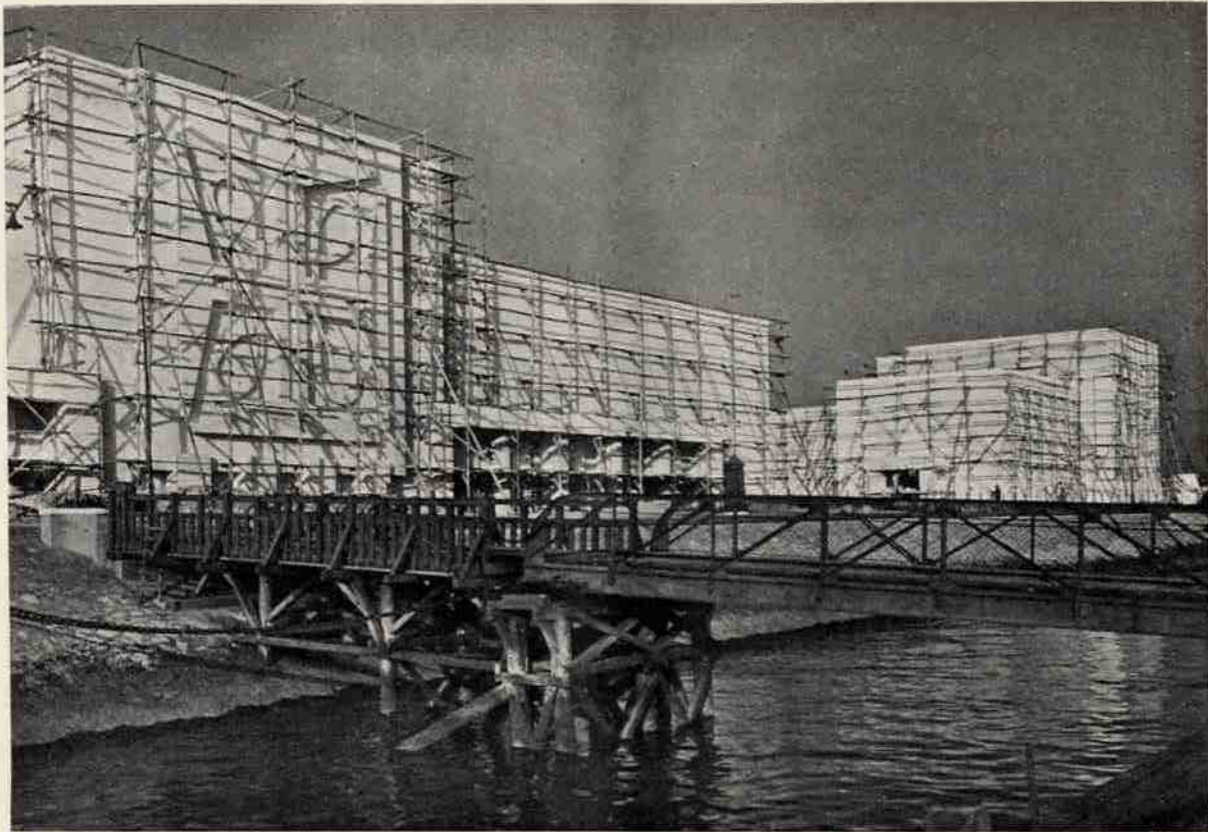
«Crux Fidelis» que publicamos e que se encontra editada em Londres numa importante casa editora é um documento notabilíssimo do punho de D. João IV, que merece mais do que uma leitura mas um estudo profundo.

Há muito que observar e meditar nesse documento em que ficou viva para sempre a «alma» do Restaurador de Portugal.



# EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

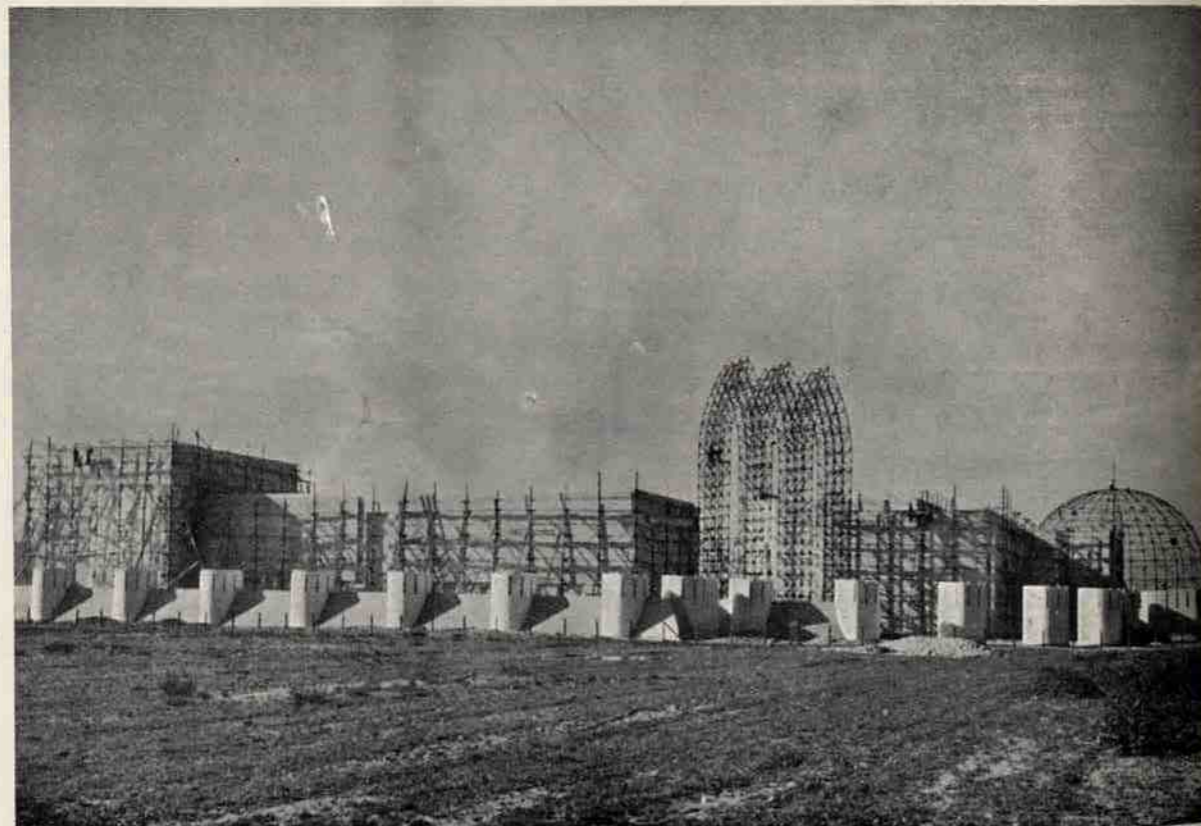
ESTADO ACTUAL DOS PAVILHÕES



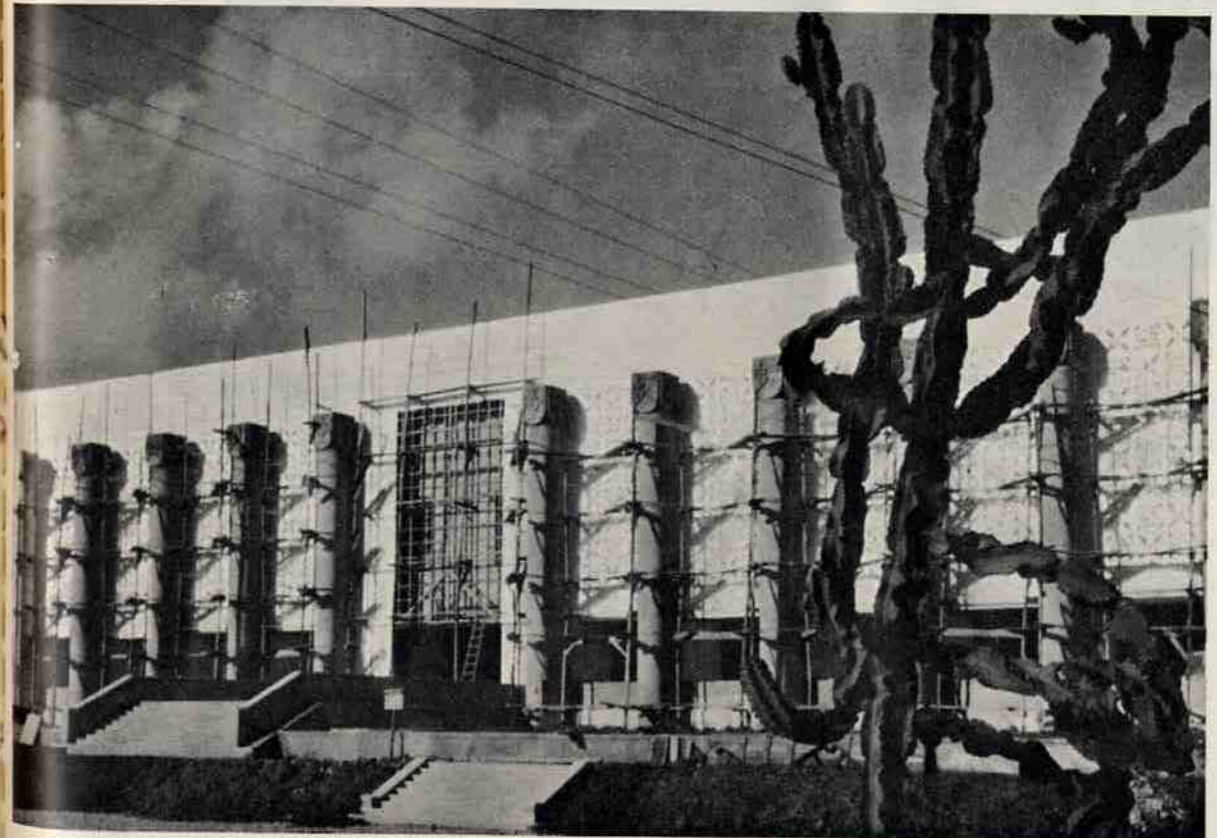
PAVILHÕES DA  
INDEPENDÊN-  
CIA E DOS DES-  
COBRIMENTOS



PAVILHÕES DE  
LISBOA E DA  
COLONIZAÇÃO



PAVILHÕES DA  
FORMAÇÃO E  
CONQUISTA E  
DA INDEPEN-  
DÊNCIA



PAVILHÃO  
DE CAÇA E TU-  
RISMO NA SEC-  
ÇÃO COLONIAL



# VILA VIÇOSA

Quando o Cardial Alexandrino, em 1571, passou por Vila Viçosa ainda o palácio ducal estava longe de se completar. D. Jaime, nos começos da centúria de Quinhentos, ini-

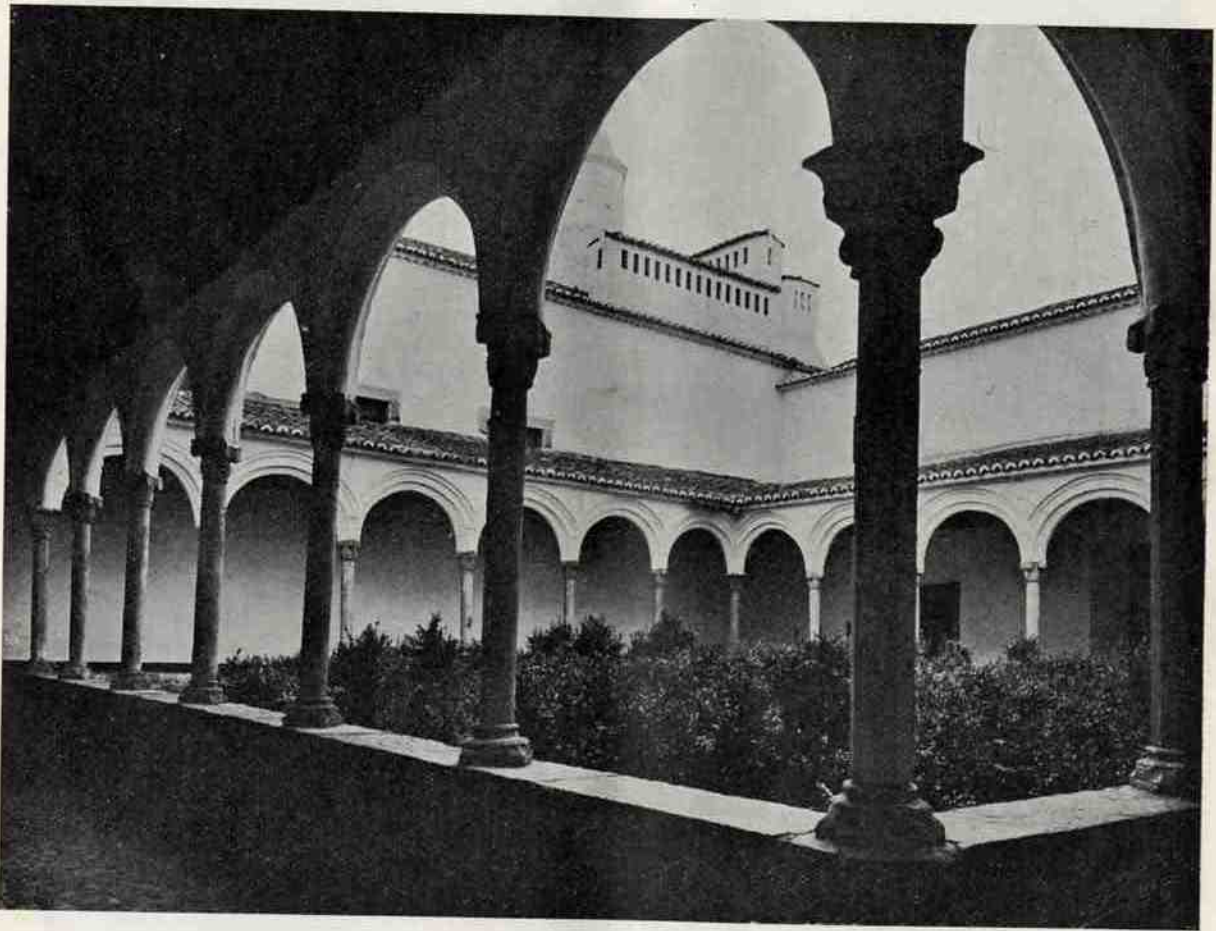


FACHADA DA IGREJA DOS AGOSTINHOS E PANTEÃO DA CASA DE BRAGANÇA

ciara, na sua horta do Reguengo, a construção do magestoso solar. Em 1502 já o 4.º Duque e sua primeira espôsa (que tam trágico fim havia de ter) se encontram lá instalados. Mas as obras prosseguem morosamente. Em 1537 a fachada estendia-se sòmente do extrêmo norte à porta principal. Todavia, no ano em que lá esteve João Baptista Venturino chegava já à sala de Medusa. Vale a pena arquivar alguns passos da descripção do cronista que acompanhou a comitiva do legado e sobrinho de Pio V.



«O palácio é notável, belo exterior e interiormente, — escreve êle— e o mais aprazível e cómodo que até aqui vimos em Espanha (ao menos quanto a mim), exceptuando, porém, o paço real de Madrid. Como estivessem ainda alguns quartos imperfeitos, o duque os mandou acabar por ocasião desta vinda do legado. O edificio fecha todo em volta, com grandes casarias, que dão para jardins fresquíssimos, um dos quais muito espaçoso está ar-



*PAÇO DUCAL — CLAUSTRO*

ranjado ao modo de Itália. Tem vastas cavalariças, adegas e tôdas as mais oficinas necessárias. Está situado entre duas ruas, quási insulado, e na frontaria principal fica-lhe uma formosa praça, à qual se segue um bosque de ciprestes e logo um mosteiro de franciscanos. Dentro dos paços estão pintadas muitas vitórias alcançadas pelos duques de Bragança, principalmente contra os castelhanos, e no alto da escada se vê a tomada de Azamor, na África, ...tudo ornado de riquíssimos panos de Flandres.»



PALÁCIO DUCAL DE VILA VIÇOSA



FACHADA



SALA DOS DUQUES



SALA DE JANTAR



SALA DE HERCULES



E o inventário das riquezas artísticas do palácio no século XVI continua com a descrição dos magníficos razes: — «Os que estão, porém, na sala que fica no topo da escada da banda esquerda são de oiro, prata e seda, lavrados de figuras representando uma vitória ganha por Nunálvares, condestável de Portugal, contra os castelhanos... Dos mesmos panos está forrada outra sala também no cimo da escada, da parte oposta, bem como a câmara e antecâmara do legado, na qual estava uma cama de brocado de oiro de canotilho, a mēsa de estado coberta da mesma tela, a cadeira de veludo carmesim franjada de oiro e o chão alcatifado de finíssimos tapetes. Ao pé há um oratório bem ornado e devoto. No topo da escada que já mencionei, sôbre um estrado da altura de dois palmos ou palmo e meio, coberto de tapetes de sêda, havia um docel de brocado de oiro, debaixo do qual havia de comer o legado. Com outro de brocado de prata estava um aparador grandíssimo contendo peças de oiro, de prata e douradas, que avaliaram em cento e cinquenta mil escudos de oiro. Havia aí dois vasos, como urnas antigas; duas bacias, dois gomis, e duas copas grandes, lavradas de figuras primorosamente. Os vasos doirados eram cinquenta e seis de diversos feitios, uns levantados, outros lisos, além de muitas taças, e de um número quási infinito de pratos. A prata era da mesma qualidade.»

O que fica transcrito dá-nos uma idea âproximada da opulência em que viviam, no século XVI, os Duques de Bragança, ombreando muitas vezes com a própria Casa Real. Com o domínio felipino o paço de Vila Viçosa transforma-se numa verdadeira côrte, — e para êle se voltam, anciosos, os olhares e os corações de todos os bons portugueses, desejosos de Rei natural. D. Teodósio, primeiro, e, depois, seu filho D. João, prosseguindo na vida faustosa dos seus antepassados, mantem vivas, pelo prestígio de que cercam a primeira família do reino, a saüdade duma côrte nacional. A primeira metade do século XVII é a idade-de-oiro de Vila Viçosa.

Ramos Coelho evoca êsse momento da nobre povoação em tēmos que não resistimos à tentação de transcrever: — «Trasbordara, havia muito, das muralhas com que o Rei lavrador a cingira no século XIII; decuplara a extensão e os habitantes; adornara-se com o seu rico palácio e os seus formosos jardins; erguera aos ares as tórres dos seus nove conventos e das suas igrejas e ermidas; franqueara aos enfermos as caridosas portas do seu hospital; fortalecera com obras de arte modernas a sua velha defesa; regularisara e rasgara os seus terreiros; abrira, particularmente nos últimos cinquenta anos, várias ruas, espaçosas em comparação das anteriores, pois tinham o dôbro da largura; e povoara-as na máxima parte de nobre casaria, em cujas paredes destacava o fino e alvo mármore de Estremoz. Tanto





PAÇO DUCAL — SALA DAS VIRTUDES



crescimento e primor cidadãos não haviam contudo prejudicado em coisa alguma os seus ares lavados e sádios, a amenidade e verdura dos seus arredores e a pureza salutar das suas águas: era ainda, como dantes, a vila viçosa. Três fontes a refrescavam no interior, e, depois de lhe proporcionarem cómodo e proveito, divididas em dois perenes ribeiros, a abraçavam, regando as frescas hortas e as bastas árvores de fruto, que a apertavam, como num cinto de esmeralda. Não eram menos belas as saídas que tinha para se espriar e folgar pelos campos circunjacentes. Abundava o seu térmo na pesca e na caça, porque lhe corria a oeste a ribeira de Luçafece, e a este as de Asseca e de Borba, em cujas águas pescavam os seus habitantes os tam nomeados picões, bordalos e pardelhas, e porque as suas terras marginais lhe forneciam lebres, coelhos, perdizes e outras aves.»

Impossível se torna enumerar as festas estrondosas, as cerimónias verdadeiramente régias de que Vila Viçosa foi teatro enquanto lá viveram os Duques de Bragança. Banquetes, comédias, touradas, casamentos espaventosos, batisados soleníssimos, recepções grandiosas de Reis e de Principes, fogos de artifício, máscaras, corridas de cavalos, cortejos feéricos de carros alegóricos e muitas coisas mais no género compõem a crónica brilhante do paço, da vila e da tapada ducal. Esta última merecia até capítulo especial numa monografia que ressuscitasse essa «doçura de viver» quinhentista e seiscentista. Mas os versos de Lope de Vega, que por lá andou embevecido, são mais eloquentes do que tódas as descrições dos arqueólogos:

*Yace no lejos de la insigne villa,  
Corte de vuestra casa, la tapada,  
Cercado en nuestra lengua de Castilla,  
Que tal grandeza pudo ser cercada.  
Verde, eminente y levantada silla  
A silvestre deidad, alta morada  
De ocultas ninjas, de enramadas drias,  
De floridas napéas y amadrias.*

*Cinco millas de largo y de contorno,  
Doce contiene el sitio inaccesible,  
Por la muralla que le ciñe en torno  
A exteriores ofensas imposible ;  
Por cuatro puertas de vistoso adorno  
Permite el muro tránsito apacible,  
Donde hallaran mejor verdes abriles,  
Hibleos campos, Niniveos pensiles.*

*Arroyos dulces con sonoros saltos  
 Los campos corren por diversas calles,  
 Y duplican el monte montes altos,  
 Que forman prados y dilatan valles;  
 Esconden sombras (de modestia faltos)  
 Sátiros viles de disformes talles,  
 Las claras selvas a Pomona y Flora,  
 Y duerme en su jardín siestas la aurora*

A conspiração de 1640 ficou ligada a recordação da tapada de Vila Viçosa. Foi lá que Pedro de Mendonça teve com D. João uma conferência decisiva para o futuro de Portugal. O que o Duque estava de há muito resolvido a fazer, só então o exteriorizou aos conjurados. No cenário admirável que o poeta enalteceu escreveu-se uma grande página da nossa História.

RODRIGUES CAVALHEIRO





## ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV

APRESENTADAS E ANOTADAS POR EDUARDO BRAZÃO

Concluimos hoje a publicação das cartas de D. João IV dirigidas ao P.<sup>e</sup> Nuno da Cunha e que encontrámos no *Arquivo da Casa de Tarouca*. Ainda nêsse precioso aglomerado documental vimos um outro maço de cartas do soberano *restaurador*, para Fernão Teles de Menezes, Governador da Relação e Armas da cidade do Pôrto. José de Arriaga, num mal elaborado catálogo que fez dêsse arquivo <sup>(1)</sup> diz que esta colecção está mutilada. <sup>(2)</sup> As cartas são enviadas pelo Rei de 1646 a 1648.

Para D. João IV há várias cartas nêste Arquivo. Assim aí existem as que o Padre Nuno da Cunha escreveu ao monarca <sup>(3)</sup>, as de Fernão Teles de Menezes <sup>(4)</sup>, além de outras não assinadas, mas que parecem ser também dêste último <sup>(5)</sup>.

## VII

*«Nuno da Cunha. Eu el Rey vos emio muito saudar: Muito boas são... [em cifra algumas palavras] de que auisais em carta de 15 de nouembro do Anno passado, prazera a Deus que conrrespondaõ a ellas os effeitos, ja agora tereis recebido os despachos que leuou o doutor Manoel Aluares Carrilho, e o que depois nos foi em duas uias por França e por Olanda ambos com ordem q̃ se nos remetessem por dous correos a toda a diligencia, e nestes despachos uereis tudo o q̃ agora se nos podera responder nesta Carta. O cuidado com q̃ tratais estes negocios uos agradeço muito como sempre costume, e sempre mo mereceis. Escrita em Lix.<sup>a</sup> a 26 de Janeiro de 1649.*

Rey . . .

P.<sup>a</sup> Nuno da Cunha».

(1) — «Catálogo dos Manuscriptos da antiga livreria dos Marquezes de Alegrete, dos Condes de Tarouca e dos Marquezes de Penalva e pertencente à sua actual representante a Condessa de Tarouca — 1898».

(2) — *Ib.* pág. 36.

(3) — *Catálogo* pág. 38.

(4) — *Catálogo* pág. 37.

(5) — *Catálogo* pág. 36.

## VIII

«Nuno da Cunha. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Nas duuidas dos Religiosos, que tão inquieto trassem este Reyno de tres annos a esta parte, se experimentou que a causa mais principal destes danos foi terem as parssalidades dos Religiosos cada huã por sua parte liure recurso a Roma, e impetrarem despachos encontrados com erradas informações, em dano da obediencia, e jurisdicção de seus superiores, e ouue occaziões em que se offereceraõ bulas falçificadas; e porque dezejo atalhar o mais que for possiuel pertrubação de que se segue tanto de serviço de Deos nosso sór, e tanto escandalo aos fieis, ordeney aos Prouinçiaes, e mais Prelados das Religioes, que todos os auisos que ouuessem de fazer a Roma os remettessem á Secretr.<sup>a</sup> de estado, p.<sup>a</sup> senos enviarem, ou á pessoa q̄ eu for seruido, e se entregarem por ella aos ministros para quem se dirigem, e as repostas uoltarem pella mesma uia á Secretaria, e dahi se entregarem a seus donos, com aduertencia que os despachos que uiesem por outra man.<sup>ra</sup> os hei de mandar recolher, e senão haõ de cumprir, encomendouos muito, que pella parte que uos toca executeis esta resolução, que tomey para conseruar por este meyo a paz, e quietação que desejo muito haia em todas as Religioes de meus Reynos. Escrita em Lix<sup>a</sup> a 10 de Março de 1649.

Rey . . .

P.<sup>a</sup> Nuno da Cunha» (1).

## IX

«Nuno da Cunha. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Hum Religioso Carmelita descalço por nome frey João de Christo, se foi deste Rn.<sup>o</sup> sem licença minha, nem de seus prelados para essa corte, e segundo a informação que se me deu, com intentos de alcançar despachos em prejuizo da paz e quietação desta Religião, q̄ uiue neste Reyno com tanto exemplo como sabeis; encomendouos, q̄ tomando pello D.<sup>ca</sup> frey Manoel Aluares Carrilho (a quem mando escrever sobre esta materia) noticia das pessoas com quem requiere, as informeis e daminha parte sendo neçessario, das razoes q̄ ha, para naõ difirirem a Religiosos, q̄ por este modo se saem da obediencia de seus prelados, e o prejuizo q̄ poderá cauzar á sua ordem, qualquer despacho que trouxer contra o procedimento, usos, e costumes della, e isto

(1) Foi publicada esta carta no nosso trabalho: *A Restauração*, pág. 300.



mesmo direis tambem asua santidade, se o requerimento for de qualidade q̃ ofressa. Escrita em Lix.<sup>a</sup> a 7 de Março de 1649.

Rey . . .

P.<sup>a</sup> Nuno da Cunha. 1.<sup>a</sup> Via

X

«Nuno da Cunha. Eu El Rey uos enuio muito saudar pellas copias das cartas que me escreueo e mandey responder a frey Manoel Pacheco entendereis o negocio de que me dá conta e o que nelle lhe mando ordenar. Niculao Bonacorty he pessoa que deueis conhecer, ualer uos eis delle se as offertas destes ministros tiuerem mais fundamento que outras q̃ se me fizeraõ desta corte em differentes occasiões, e porque estas ensinaraõ a se negocear com Italianos com grande aduertencia e segurança tereis particular cuidado de q̃ se não entregue dr.<sup>o</sup> algum se não depois de se dar feito o negocio, e espero auiso uosso na primeira occasião do q̃ nelle uay suçedendo, e a forma em que Niculao Bonacorty se dispõe a seruirme nesta occasiãõ entendereis das copias da carta e decreto que serãõ com esta escrita em Lix.<sup>a</sup> aos 17 de Abril de 1649.

Rey . . .

P.<sup>a</sup> Nuno da Cunha. (1)

XI

«Nuno da Cunha. Eu El Rey vos enuio muito saudar: Pella copia da Relaçãõ que será incluza nesta carta, entendereis o bom subcesso q̃ os Portuguezes de Pernambuco tiueraõ nesta ultima occasiãõ em que vieraõ ás mãos cõ os Olandezes. Parece çerto q̃ quer Deos fauoreçer aquelles homẽs, porq̃ assy o mostra subcesso taõ prodigioso como este foi, e o tem mostrado os passados, a Relaçãõ he a mesma que os Olandezes imprimiraõ em Olanda porq̃ do Brazil anõ ueyo com tanta claresa que se uos possa remeter, se bem se cuida, que o dano dos Olandezes foy ainda mayor q̃ o que refere aquella Relaçãõ; O que fizeraõ nos engenhos do Beconcauo, q̃ he junto á Bahia, não passou de quatro engenhos, e huã engenhoca, de q̃ não leuaraõ cobres, nem escrauos, porq̃ os tinhaõ seus donos recolhidos. Aqui ha muitas cartas q̃ refferem largarem os mesmos Olandezes de tudo a Ilha de São Thome, e tendo

(1) Também esta carta foi por nós publicada em *A Restauração*, pág. 299.

por çerta esta noua, posto q̃ a naõ Reçeby ainda das conquistas; escrita em Alcantara a 8 de Junho de 1649.

Rey . . . .

P.<sup>a</sup> Nuno da Cunha». (1)

XII

«Nuno da Cunha. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Com carta de 3 de Mayo se reçebeo o auizo que me fizestes sobre o frade claustraõ da ordem de saõ françisco, e naõ era necessaria esta proua para entender qual he o Amor que me tendes, e o zello com que me seruis, agradeçouos muito; logo mandey ter nesta materia o cuidado que ella pede e espero em Ds. que este e qualquer outro intento dos inimigos desta coroa tenha o sucesso q̃ tiueraõ outros semelhantes que ja intentaraõ... [segue-se em cifra]... vos encomendo muito me digais tudo o que della souberdes porque por todas as razõs conuẽ sempre tello entendido. Escrita em Alcantara a 25 de Julho de 1649.

Rey . . . .

P.<sup>a</sup> Nuno da Cunha». (2)

(1) O domínio holandês no Brasil estava ameaçado com a violenta reacção dos nossos. Em fins de Junho de 1648 tinha lugar a segunda batalha dos Garapés em que, como da primeira, os portugueses saíram vencedores. Entretanto na Haia, Sousa Coutinho, grande diplomata, ia entravando os socorros ao Brasil que pouco a pouco voltava ao domínio de Portugal. E S. Tomé e a seguir Angola eram também reconquistadas. (Vid. Hermann Wätgen — *O domínio colonial holandês no Brasil* — pág. 222 e segs.)

(2) Tôdas estas cartas que publicamos são cópias dos originaes, assinados pelo punho do soberano.



# COMO CONSEGUIU PORTUGAL A SUA AUTONOMIA POLÍTICA?

## II

No passado número desta Revista tivemos o prazer de apresentar, e de fazer a necessária crítica, variadas teses de geógrafos e escritores, quer nacionais, quer estrangeiros, sobre o discutido problema das causas determinantes da autonomia política de Portugal,

Entendemos que a discordância entre os vários publicistas a quem o assunto tem merecido estudo, salvo uma ou outra contradição flagrante, é mais de formas de expressão do que propriamente de ideias.

Por nossa parte diremos que em todos os autores, a quem «o caso português» tem merecido estudo, encontramos achegas para a interpretação racional e lógica do problema. Todos têm uma parcela de razão, mas todos pecam por quererem distanciar uma das determinantes, das outras, ou apenas subscreverem um agente único.

Ora um fenómeno complexo como é o do aparecimento e manutenção dum Estado independente deve, de-certo, ser a resultante de grande número de forças, umas concordantes, outras discordantes, terminando o embate pela vitória das de maior potência. Não será, portanto, nem a *fortuna do acaso*, como quere Alberto Sampaio, nem o desejo dum *braço forte* e um *cérebro esclarecido* como parece indicar o professor Damião Peres, nem apenas a *política clunicense* como defende Vieira de Castro, nem o puro *determinismo geográfico* de A. Sardinha, Réclus, geógrafos espanhóis, etc., etc., que puderam autonomizar esta sexta parte do todo peninsular, dando-lhe uma vitalidade pujante. Entendemos que são tôdas essas variáveis e muitas mais já enunciadas e outras por desvendar, ora dominando esta, ora aquela, que levaram à formação e à perpetuação da Pátria portuguesa.

Vamos traçar uma rápida síntese das origens da nacionalidade, segundo o nosso entender, e ao mesmo tempo iremos apontando os factores dominantes, a seu tempo, e que nos conduziram à autonomia estatal.

Poderemos afirmar que desde o neolítico começa a individualizar-se esta faixa ocidental da Península, criando uma cultura própria, a dolménica, que irradia depois para o Norte — Galiza e Astúrias — e daí, já um tanto degenerada, para tôda a Europa ocidental e central.

Essa cultura dolménica faz gerar usos, costumes e sentimentos comuns, donde se origina uma psicologia colectiva própria.

O estabelecimento de colónias fenícias e gregas faz despertar o sentido marítimo, começando logo a patentear-se o duelo entre a tendência sedentária e agrícola, e a inclinação navegadora e comercial.

Contra a conquista cartaginesa erguem-se já os celtiberos do Noroeste peninsular e os do rio Anas. A resistência ao líbio-fenício poderemos simbolizá-la, segundo Diodoro da Sicília, no chefe celtibérico Indortés.

Em luta contra os lusitanos sucumbe Hamílcar, embora auxiliado pelos iberos meridionais, mais africanizados, e, por isso, mais facilmente dominados pelo invasor. Ao fim de



uns dez anos a conquista estava feita, mas as sublevações parciais duraram ainda até depois do governo de Anibal.

A parte oriental da Península abre as portas ao domínio romano, mas êste só se estabiliza ao fim de muitas dezenas de anos de luta, e é exactamente a faixa ocidental e a do noroeste que mais se opõem ao cesarismo. O símbolo da resistência é Viriato, e a uniformização política da Península só se consegue graças às legiões, em estado permanente de alerta.

A romanização é feita a ferro e fogo, e daí a fraqueza dos hispano-romanos ante as invasões bárbaras.

Localizam-se os suevos, do Tejo ao Cantábrico, e sábiamente se organizam, acordando no povoamento dominado os antigos sentimentos de individualismo, e tanto assim, que só pela força das armas, e após uma luta encarniçada, Leovegildo, rei visigodo, consegue dominar no recanto do noroeste peninsular. Esboçam-se já os dois «portugais»; o do Norte, e o do Sul, divididos pelo Tejo.

Depois, a vaga islamita assola a Península, e são principalmente os povos do Noroeste, refugiados nas Astúrias, que irão começar a longa luta entre a cruz e o crescente.

São também êsses povos do Noroeste os que mais rápidamente se libertam do jugo maometano, seguindo-se nessa libertação a linha dos cursos de água, de NE. a SW., de lomba a lomba das montanhas, e nunca perdendo o *Mar* de vista.

Em 870, já Fernando Magno alcançava o vale do Tejo. Verificamos, portanto, que na zona do Noroeste, do Tejo ao Cantábrico, existiam já nesta altura condições étnicas, lingüísticas, sociais, unidade religiosa, e um conjunto de factores geográficos que favoreciam, ou predispunham, a uma autonomia política. Nesta zona está o Portugal do Norte, que as vicissitudes da História haveriam de truncar com o desmembramento da Galiza e Astúrias.

Ao longo dos Séculos X e XI estremam-se entre o Mondego e o Tejo os campos de prélio entre o cristão e o muçulmano.

Afonso VI de Leão e Castela volta a fixar a fronteira no Tejo, e começa o Mosteiro de Cluny a interessar-se vivamente pelas cruzadas do Oriente.

Raimundo e Henrique de Borgonha são parentes de Hugo, *abade dos abades*, e recomendados por êste a Afonso VI. A influência clunicense torna-se cada vez maior, principalmente na Navarra e no Noroeste peninsular, onde pretende disseminar ideas feudais. Os normandos aparecem nesta zona a disputar a presa aos francos, mas por fim concertam-se os dois para o mesmo efeito, talvez por alturas de 1100.

Talvez em 1092 ou 1093 casou Henrique com D. Tereza. Em 1093 casa Raimundo com D. Urraca. Um terceiro franco, vindo com aquêles, Raimundo conde de Talosa e S. Gil, casa com a infanta D. Elvira.

Raimundo recebe o condado da Galiza e Henrique o portugalense, ficando êste sujeito aquêle, mas logo em 1094 a perda de Lisboa contribuiu para a separação radical dos dois condados. Isto não deixa de favorecer os pontos de vista de Cluny, que desejava aquém Pirinéus a formação de várias unidades estatais que entre si estabelecessem um equilíbrio político: — a vertente ocidental e atlântica (Portugal-Galiza), o planalto árido (Castela), a vertente oriental e mediterrânica (Aragão).

Começa a sentir-se o efeito da vontade dum chefe — D. Henrique — para a autonomização do seu condado, trabalho que lhe é facilitado, e até determinado, por causas geográficas — a influência oceânica e a distância da sede imperial — e por causas políticas, como



seja a de, por esta orla, se estabelecer o contacto entre o Norte da Europa e a civilização cristã latina.

Contudo o Mar encontrava-se fechado em virtude da pirataria muçulmana, e é Diogo Gelmirez, eleito bispo de Compostela, em 1101, quem contrata os primeiros navios de guerra genoveses a-fim-de exterminarem os corsários, e quem funda um arsenal, em Iria, para a construção de barcos.

D. Henrique, perante as dissensões entre D. Urraca e o seu segundo marido Afonso, o Batalhador, pretende, ora virando-se para um, ora para outro, criar um Estado independente, que, segundo Herculano, chegou, por momentos, a estar demarcado, com assentimento dos contendedores.

Não consegue D. Henrique, nem D. Tereza, realizar a obra a que haviam metido ombros. É nesta altura que Afonso Henriques, nunca desarmando perante o imperialismo leonês, lança, com a vitória de Cerneja, mais um fundamento da monarquia portuguesa. A capitulação de Tui pouco importa, porque após o afastamento do sarraceno para o Sul, com a vitória de Ourique, logo a retirada de Afonso VII em Val-de-Vez leva ao tratado de Zamora, e, juridicamente, se funda a Monarquia Portuguesa.

Fixados os limites a Norte, e combinados os do Sul pelo tratado de Celanova(?), Afonso Henriques toma Santarém por escalada, e pára ante Lisboa, onde se aninhava a pirataria marítima que levava o luto à costa Norte e nos fechava o caminho do Mar.

Com a ajuda dos cruzados foi tomada a «Rainha do Tejo» e destruído o ninho de corsários. Assenhoriado da bacia hidrográfica do Tejo passa Afonso Henriques à do Sado, atacando-a de frente, de jusante e montante, e assim, em 1158, cai Alcácer do Sal. Verificando-se sempre as leis dos contrastes geográficos de Reparaz, consolida Afonso Henriques a recente conquista com a de Beja (1162) e a de Évora (1166?). Procura então o «terrível Henrique» apossar-se da bacia do Guadiana, a partir do ponto onde ela entestava com a província da Beira-Baixa, ou seja, com o Portugal antigo.

São destruídas e abandonadas as praças de Cáceres e Truxilo, tomam-se Alconchel e Serpa, ataca-se Badajoz, capital da província. É esta última uma jornada infeliz para o nosso primeiro rei, o qual, em virtude de não haver respeitado o acôrdo de Celanova, vê o islamita auxiliado pelo genro, Fernando II.

Feito prisioneiro e perdidas depois parte das conquistas, são os reis seus descendentes, até Afonso III e D. Denis, que completam o trabalho de Afonso Henriques, expulsando o sarraceno do Algarve, atingindo-se o Mar ao Sul, agora livre da pirataria.

Tenta então Portugal fundar a sua economia em bases agrárias e para isso sábia-mente legislam D. Denis e D. Fernando, mas já desde Afonso IV (talvez antes) com a ida às Canárias, que a monarquia hesita no rumo a tomar: o da estabilização terrestre e o da expansão marítima.

O Mar atraía-nos. O pequeno Portugal de 90.000 Km.<sup>2</sup> tinha 845 Km. de costa, e por isso, já que todo *um Estado com ampla saída para o Mar tende ao domínio marítimo, ao das ilhas próximas e ao da costa fronteira*, foi este determinismo, sem dúvida de ordem geográfica, que nos levou a voltar as costas a Castela, fortemente batida em Aljubarrota, e a optarmos pela expansão oceânica.

A jornada brilhante de Aljubarrota marca, pois, o fim das tentativas do imperialismo de Castela no sentido de evitar a consolidação dum facto, aliás consumado, — a formação do



Estado Português —, como a jornada de Ceuta marca o verdadeiro comêço da epopeia marítima nacional.

Estava encontrado o verdadeiro caminho que deveria perpetuar a independência da Nacionalidade, formada à custa duma direcção convergente de grande número de variáveis.

Vai-se então diferenciando a língua cada vez mais; aparece a noção nítida de Pátria, à qual se passou a servir e não aos Senhores; cria-se um património espiritual e uma tradição nacionalista; individualizam-se usos e costumes, enquanto, como num cadinho, se vai fundindo o Portugal do Norte com o do Sul; o Mar gera-nos o sentimento da saúde e o cunho lírico, em oposição ao cunho épico do planalto árido de Castela; aparece a responsabilidade colectiva de conservar o património criado, que

*«Com nações diferentes se engrandece  
Cercadas com ondas do Oceano  
Tôdas de tal nobreza e tal valor  
Que qualquer delas cuida que é melhor.»*

Sintetizando o exposto e ainda uma série de pensamentos cuja exposição e crítica a índole desta Revista não comporta, podemos apresentar as seguintes conclusões:

A) — O território português não constitui uma individualidade geográfica definida, carecendo de fronteiras naturais que o separem de Espanha.

B) — Nem os factores geológicos, nem os hipsométricos, hidrográficos e climatéricos bastam, por si, para explicar a autonomia política do nosso país pois ela é função de variáveis geográficas, históricas, etnológicas, psicológicas, políticas e sociais.

C) — Portugal constitui, contudo, uma entidade geográfica, determinada e completada pela acção atrativa do Mar.

D) — O fermento da autonomia desta faixa ocidental da Península pode datar-se do neolítico, mas o seu paroxismo foi atingido com o esforço de Afonso Henriques e o dos príncipes conquistadores que lhe sucederam.

E) — Durante o período da monarquia agrária o povo português foi-se possuindo dum ideal comum, que atingiu a saturação com a jornada de Aljubarrota.

F) — É a monarquia marítima que completa a unidade nacional, quem a perpetua e quem garante hoje a autonomia política de Portugal.

G) — O verdadeiro Portugal, que factores geográficos determinavam, não se formou, pois a Espanha Atlântica tem 120.000 Km<sup>2</sup> e 10 milhões de habitantes. Faltam-nos a Galiza e parte das Astúrias. Se Portugal não houvesse ficado truncado então melhor poderíamos dizer com o Épico:

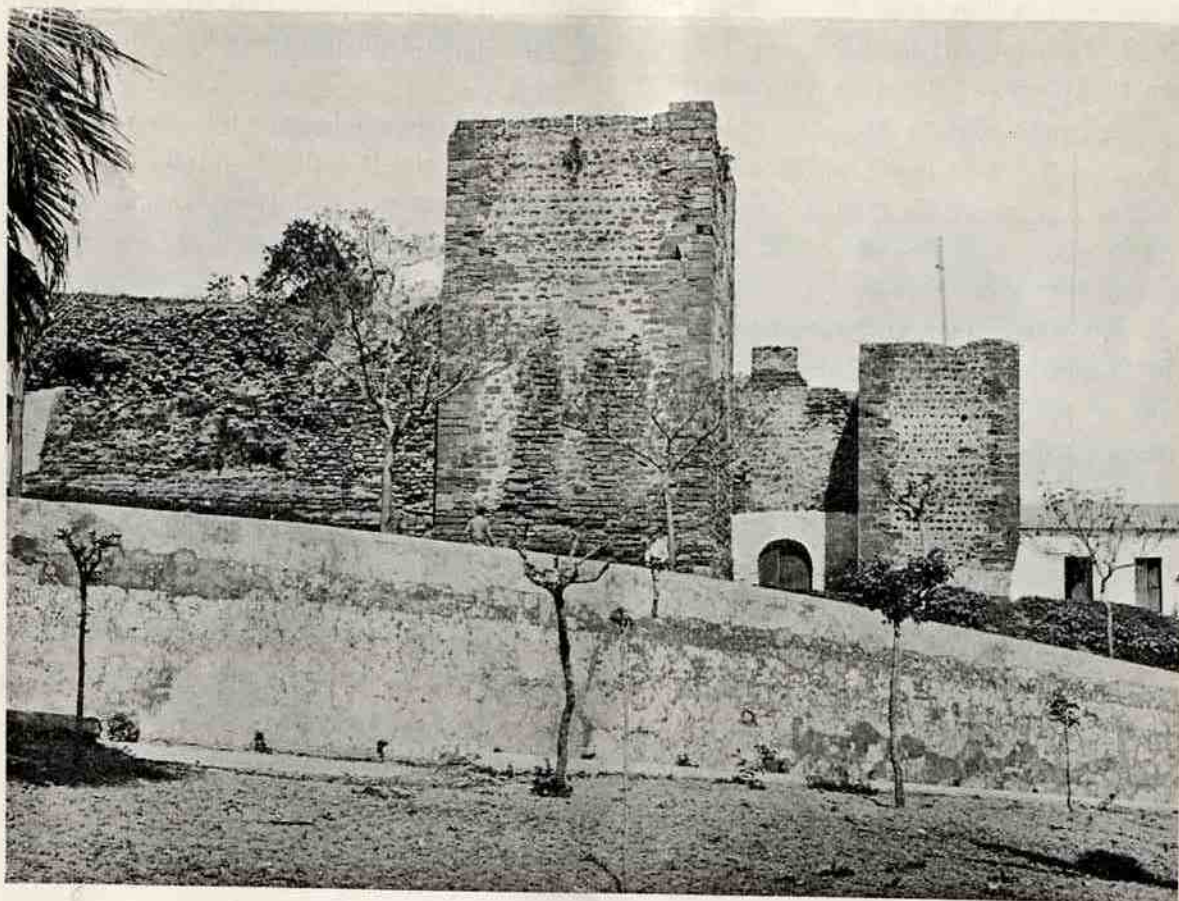
*«Eis aqui se descobre a nobre Hespanha  
Como Cabeça ali da Europa tôda,  
Em cujo senhorio, e glória estranha  
Muitas voltas tem dado a fatal roda.»*



# CASTELOS DE PORTUGAL

## ALCÁCER-DO-SAL E SILVES

Das duas fortalezas, de que, neste artigo, nos ocupamos, não resta dúvida que qualquer delas foi forte baluarte dos sarracenos, e que só depois de uma luta incessante e sem



CASTELO DE ALCACER DO SAL

tréguas passaram ao domínio dos portugueses, não só porque os seus Castelos se encontravam muito bem guarnecidos, como também pela robustez das suas fortificações.

O espírito bélico dos portugueses e o seu grande desejo de alargar para o sul o território, que palmo a palmo ia sendo conquistado à posse dos infiéis, animavam-nos a prosseguir a luta, que, por vezes, difícil e arriscada, acabava sempre pela vitória dos portugueses.



De Alcácer-do-Sal sabemos que no tempo dos romanos se intitulava Salacia. Era um dos três municípios da Lusitânia, que gozaram de privilégios romanos, pelos quais ficavam os seus moradores com regalias iguais às dos habitantes de Roma.

Os mouros chamavam-lhe Al-Kassr.

Povoação antiqüíssima e bem defendida pelo seu forte castelo, parece que, por mais de uma vez, foi assediada por D. Afonso Henriques com o auxílio dos cruzados, no desejo de alargar o reino de Portugal.

Mas só em 1158, os portugueses, sem qualquer outro auxílio, conseguiram arrancá-la aos sarracenos depois de dois meses de luta persistente e vigorosa: «Era MCXCVI, septimo Calend. Julii feria II in die Sancti Ioannis Baptistæ (1) captum fuit Castellum de Alcacer a Rege D. Affonso» (Crônica Gothorum).

Segundo alguns cronistas dêste castelo, safu D. Afonso I, em 1165, com um núcleo de homens a-fim-de fazer um reconhecimento até ao Castelo de Palmela, ainda na posse dos inimigos dos cristãos, mas no caminho encontrou-se com um poderoso exército do rei de Badajoz, com quem travou dura batalha, da qual saiu vencedor, forçando o inimigo a retirar, em desordem, a-pesar da sua superioridade.

Em 1186, doou D. Sancho I aos freires de S. Tiago da Espada, entre outros castelos, o do Alcácer, que poucos anos conservaram em seu poder, pois em 1191, após a tomada de Silves, e ainda, talvez, sob o impulso desta conquista, continuaram os sarracenos na sua marcha para o norte, tomando Alcácer, Palmela e Almada.

De novo na posse de tão importante fortaleza, procuraram os sarracenos guarnecê-la melhor que qualquer outra, pois ela serviria de ponto de partida para as correrias em terras dos cristãos.

Prosseguiram as conquistas e das terras perdidas em 1191 só nos faltava recuperar Alcácer, que abria aos portugueses o caminho do Algarve.

Em Julho de 1217, encontrava-se no Tejo uma armada de cruzados, à qual D. Sueiro, bispo de Lisboa, pediu auxílio para o ataque a Alcácer e, com a colaboração do bispo de Évora, do abade de Alcobaça e de vários membros das Ordens do Templo e do Hospital, o bispo de Lisboa tomou a iniciativa da empresa, que foi gloriosamente levada a cabo depois de encarniçados combates, sendo impotentes os esforços dos sitiados para conter os assaltos dos cristãos.

Os sarracenos, desmoralizados pela impetuosidade e energia da luta que os dominava, tiveram que render-se a 18 de Outubro.

Depois desta conquista, de novo Alcácer voltou à posse dos espatulários.

O castelo de Alcácer-do-Sal, que D. Dinís reformou, era uma poderosa fortificação,

---

(1) A uma segunda-feira, em 24 de Junho de 1196, era de César, correspondente ao ano de 1158 da era de Cristo.



fundada sôbre um rochedo, sobranceiro ao rio, numa posição estratégica admirável. Guardado de robustas muralhas e de fortes e numerosas tórres, que a acção do tempo e dos homens tem derrubado, pois quando do terramoto de 1755 já estava em grave estado de ruína, como se vê do inquérito feito naquela data: «porém o castelo é cercado de muros de taipas muito danificados e em parte prostrados por terra, no qual castelo se conservam cinco ou seis tórres, porém tão indignas, que sendo das mais delas de taipa tôdas estão muito arruinadas e desfeitas ameaçando ruína próxima a maior parte da vila, que fica situada no lugar baixo».

Tinha o castelo duas portas, uma para o Norte chamada *Nova* e outra para Este, chamada *de Ferro*. Dentro do recinto da fortaleza, entre outros edificios fica a igreja de Santa Maria do Castelo construída em 1217.

O castelo de Alcácer, a-pesar do lamentável estado de ruína em que se encontra, é



CASTELO DE SILVES

digno da nossa curiosidade e do nosso aprêço, não só pelas memórias históricas que estão ligadas às suas seculares ruínas, mas também pelas antigualhas de diversa natureza que ali têm aparecido e que são valiosos elementos para o estudo dessas épocas distantes.

\*

\* \* \*

Silves, a bela e opulenta Chelb dos sarracenos, era das mais bem fortificadas cidades da antiga província de Al-Faghar ou de Chenchir.

Terra farta e de formosos edificios, cidade florescente e de remotíssima fundação, foi das mais fortes e poderosas praças de guerra daquela província.



Em 1189, D. Sancho I, com o auxílio dos cruzados, conseguiu, depois de um duro assédio, tomar aos sarracenos esta quasi inexpugnável cidade, que não pôde, a-pesar das suas famosas fortificações e do seu robusto castelo, resistir aos formidáveis ataques dos sitiantes.

A queda da velha e importante Chelb causou um profundo abalo entre os muçulmanos, concorrendo esta vitória para que outros castelos e povoações fôsem submetidos ao domínio dos cristãos.

A antiga cidade, após a sua queda, perdeu, é certo, o seu antigo esplendor, mas nunca deixou de ser cobiçada pelos seus antigos dominadores e poucos anos depois, em 1191, voltou de novo à posse dos sarracenos, ignorando-se as circunstâncias em que Yacub dela se conseguiu apoderar.

Contam alguns historiadores, e entre êles Herculano, crente nas referências de historiadores coevos, que os cruzados alemães, que se dirigiam para a Palestina atacaram inesperadamente Silves, em 1197, contentando-se apenas em deixá-la desmantelada.

Em 1249, D. Afonso III dirige-se para a conquista do Algarve e só neste reinado Silves volta de novo à posse dos portugueses, mas agora definitivamente.

Os vestígios, que ainda hoje existem das temíveis fortificações que defendiam esta importante cidade, a posição dominadora do seu forte castelo e a fortaleza das suas muralhas permitem-nos ajuizar de quão difícil foi esta arrojada empresa.

Mas, a-pesar-de bem defendidas e de bem providas de mantimentos e de água, como nos deixam crer as suas vastas matamorras e cisternas, não puderam os sarracenos quebrar e vencer a resistência dos aguerridos portugueses, que, numa luta sem tréguas e de extraordinária bravura, iam alargando o território português.

O castelo de Silves, em que se notam acentuados traços da arquitectura mourisca e que tão profanado tem sido no decorrer dos séculos, deve manter-se como recordação histórica dessas épocas afastadas, em que se afirmou o esforço patriótico e a audácia dos valerosos portugueses, que tão abnegadamente se entregaram à cruzada patriótica de dilatar o território e firmar a nacionalidade portuguesa.

Muito resumida aqui fica a história dêstes dois padrões militares de tão ricas e nobilíssimas tradições, fontes inesgotáveis de preciosos subsídios históricos e arqueológicos.

JORGE LARCHER





## REVISTA DA IMPRENSA

## IMPRENSA PORTUGUESA

No jornal do Pôrto O Primeiro de Janeiro, de 8 do corrente, publicou o erudito investigador sr. Dr. A. de Magalhães Basto, na sua secção «Falam velhos manuscritos...», o interessante artigo: «Uma carta de Richelieu a D. João IV», que gostosamente arquivamos nestas páginas.

Nas investigações a que ultimamente tenho procedido nos códices manuscritos da Biblioteca Pública Municipal desta cidade, relativos à época da Restauração, encontrei uma cópia coeva da carta que Richelieu, o genial Ministro de Luiz XIII, de França, escreveu ao nosso D. João IV, poucos meses depois d'este ser aclamado rei.

Não é documento inédito. A minuta dessa carta foi publicada em França por Avenel, no tomo VII das *Lettres de Richelieu*, donde a extraiu em 1916 C. Roma do Bocage para o seu belo livro sobre as *Relações exteriores de Portugal em seguida à Restauração*.

Em tradução portuguesa essa carta está impressa desde 1641 num raro opúsculo de Francisco Franco Barreto, que a Biblioteca Municipal do Pôrto não possui e em que se dá *Relação da Viagem a França dos primeiros embaixadores de D. João IV*. António Caitano de Sousa publicou igualmente, no vol. IV de *Provas da História Genealógica da Casa Real de Bragança*, uma tradução portuguesa da dita carta e o Visconde de Santarem sumariou essa tradução no vol. IV do seu *Tratado Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal*.

Isto já basta, para se ver que não se trata dum documento inédito. A-pesar de tudo, porém, não deve êle ser muito conhecido dos meus leitores habituais, porventura sem tempo ou disposição para lêr livros como os que citei, e por isso pareceu-me que além de oportuno — comemorou-se há dias o 1.º de Dezembro, — não deixará de ser interessante reproduzir aqui a carta em questão.

Antes de a transcrever, julgo útil algumas palavras prévias para melhor se avaliar do interesse e significado histórico de tam curioso documento.

Ao estudar-se, no movimento magnífico do 1.º de Dezembro de 1640, a génese dessa arrancada heroica, mandam a verdade e a justiça não esquecer o que a Restauração da nossa independência deve ao Cardial de Richelieu. Não foi evidentemente o

amor da nossa libertação que o moveu. Determinou-o o interesse do seu país, creio-o sinceramente. À França, conduzida pela inteligência e argúcia incomparáveis daquêle grande Ministro, imensamente interessava quanto representasse aumento de inimigos para a Casa de Austria. A Alemanha, até então dividida pela religião e pelo regime político, ameaçava transformar-se num grande Estado, unido, poderoso e, portanto, perigoso pela sua vizinhança; Fernando II, imperador, trabalhava justamente nêsse sentido, procurando restabelecer a unidade de fé católica, destruída pela Reforma. Depois de sair vitorioso de campanhas violentas, successivamente, contra o eleitor Palatino, os Dinamarqueses e os Suecos, o triunfo dos seus projectos não tardaria talvez a ser uma realidade se outros adversários externos não surgissem. Foi então que Richelieu entrou ostensivamente na luta sangrenta a que se deu o nome de *Guerra dos 30 anos*, collocando-se, êle católico, ao lado dos protestantes, mas com uma rara habilidade, pois nunca se comprometeu na questão religiosa, antes sempre protestou combater altruisticamente em favor das liberdades dos povos germânicos ameaçadas pelo absolutismo e arbítrio dum senhor ambicioso. E não foi à Alemanha, propriamente, que êle declarou a guerra: foi à Espanha, onde reinava igualmente um ramo da Casa de Austria contra a qual, em última análise, era dirigido por egoísmo o ódio da França.

Travada a luta, tudo quanto enfraquecesse a Espanha favorecia os seus adversários. E esta é sem dúvida a principal razão por que Richelieu interveio em Portugal, animando, por meio de secretos e repetidos mensageiros, com promessas e esperanças os patriotas. E' conhecida a *Instrução* que em 1638 êle deu ao Senhor de Saint-Pé, antigo Consul da Nação Francesa no nosso País, e que aqui voltou, ou cá mandou um representante, naquêle ano. O enviado deveria manifestar aos Portugueses a sinceridade da França, afirmando que esta nada mais desejava do que a glória de lhes dar auxílio para recuperarem a sua liberdade. Acrescentaria «que se êles quieram expulsar os Espanhóis de tôda a Espanha(!), a França, embora queira ajudá-los, não pretende partilhar da conquista, antes consente que fique inteiramente para aquêle que elegerem rei». Richelieu nada queria, tudo prometia, contanto que Portugal se revoltasse!

Nos cálculos dos patriotas conjurados deviam



Em 1189, D. Sancho I, com o auxílio dos cruzados, conseguiu, depois de um duro assédio, tomar aos sarracenos esta quasi inexpugnável cidade, que não pôde, a-pesar das suas famosas fortificações e do seu robusto castelo, resistir aos formidáveis ataques dos sitiantes.

A queda da velha e importante Chelb causou um profundo abalo entre os muçulmanos, concorrendo esta vitória para que outros castelos e povoações fôsem submetidos ao domínio dos cristãos.

A antiga cidade, após a sua queda, perdeu, é certo, o seu antigo esplendor, mas nunca deixou de ser cobiçada pelos seus antigos dominadores e poucos anos depois, em 1191, voltou de novo à posse dos sarracenos, ignorando-se as circunstâncias em que Yacub dela se conseguiu apoderar.

Contam alguns historiadores, e entre êles Herculano, crente nas referências de historiadores coevos, que os cruzados alemães, que se dirigiam para a Palestina atacaram inesperadamente Silves, em 1197, contentando-se apenas em deixá-la desmantelada.

Em 1249, D. Afonso III dirige-se para a conquista do Algarve e só neste reinado Silves volta de novo à posse dos portugueses, mas agora definitivamente.

Os vestígios, que ainda hoje existem das temíveis fortificações que defendiam esta importante cidade, a posição dominadora do seu forte castelo e a fortaleza das suas muralhas permitem-nos ajuizar de quão difícil foi esta arrojada empresa.

Mas, a-pesar-de bem defendidas e de bem providas de mantimentos e de água, como nos deixam crer as suas vastas matamorras e cisternas, não puderam os sarracenos quebrar e vencer a resistência dos aguerridos portugueses, que, numa luta sem tréguas e de extraordinária bravura, iam alargando o território português.

O castelo de Silves, em que se notam acentuados traços da arquitectura mourisca e que tão profanado tem sido no decorrer dos séculos, deve manter-se como recordação histórica dessas épocas afastadas, em que se afirmou o esforço patriótico e a audácia dos valerosos portugueses, que tão abnegadamente se entregaram à cruzada patriótica de dilatar o território e firmar a nacionalidade portuguesa.

Muito resumida aqui fica a história dêstes dois padrões militares de tão ricas e nobilíssimas tradições, fontes inesgotáveis de preciosos subsídios históricos e arqueológicos.

JORGE LARCHER





## REVISTA DA IMPRENSA

## IMPRENSA PORTUGUESA

No jornal do Pôrto O Primeiro de Janeiro, de 8 do corrente, publicou o erudito investigador sr. Dr. A. de Magalhães Basto, na sua secção «Falam velhos manuscritos...», o interessante artigo: «Uma carta de Richelieu a D. João IV», que gostosamente arquivamos nestas páginas.

Nas investigações a que ultimamente tenho procedido nos códices manuscritos da Biblioteca Pública Municipal desta cidade, relativos à época da Restauração, encontrei uma cópia coeva da carta que Richelieu, o genial Ministro de Luiz XIII, de França, escreveu ao nosso D. João IV, poucos meses depois d'este ser aclamado rei.

Não é documento inédito. A minuta dessa carta foi publicada em França por Avenel, no tomo VII das *Lettres de Richelieu*, donde a extraiu em 1916 C. Roma du Bocage para o seu belo livro sobre as *Relações exteriores de Portugal em seguida à Restauração*.

Em tradução portuguesa essa carta está impressa desde 1641 num raro opúsculo de Francisco Franco Barreto, que a Biblioteca Municipal do Pôrto não possui e em que se dá *Relação da Viagem a França dos primeiros embaixadores de D. João IV*. António Caitano de Sousa publicou igualmente, no vol. IV de *Provas da História Genealógica da Casa Real de Bragança*, uma tradução portuguesa da dita carta e o Visconde de Santarem resumiu essa tradução no vol. IV do seu *Tratado Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal*.

Isto já basta, para se ver que não se trata dum documento inédito. A-pesar de tudo, porém, não deve êle ser muito conhecido dos meus leitores habituais, porventura sem tempo ou disposição para lêr livros como os que citei, e por isso pareceu-me que além de oportuno — comemorou-se há dias o 1.º de Dezembro, — não deixará de ser interessante reproduzir aqui a carta em questão.

Antes de a transcrever, julgo útil algumas palavras prévias para melhor se avaliar do interesse e significado histórico de tam curioso documento.

Ao estudar-se, no movimento magnífico do 1.º de Dezembro de 1640, a génese dessa arrancada heróica, mandam a verdade e a justiça não esquecer o que a Restauração da nossa independência deve ao Cardial de Richelieu. Não foi evidentemente o

amor da nossa libertação que o moveu. Determinou-o o interesse do seu país, creio-o sinceramente. À França, conduzida pela inteligência e argúcia incomparáveis daquêle grande Ministro, imensamente interessava quanto representasse aumento de inimigos para a Casa de Austria. A Alemanha, até então dividida pela religião e pelo regime político, ameaçava transformar-se num grande Estado, unido, poderoso e, portanto, perigoso pela sua vizinhança; Fernando II, imperador, trabalhava justamente nêsse sentido, procurando restabelecer a unidade de fé católica, destruída pela Reforma. Depois de sair vitorioso de campanhas violentas, successivamente, contra o eleitor Palatino, os Dinamarqueses e os Suecos, o triunfo dos seus projectos não tardaria talvez a ser uma realidade se outros adversários externos não surgissem. Foi então que Richelieu entrou ostensivamente na luta sangrenta a que se deu o nome de *Guerra dos 30 anos*, collocando-se, êle católico, ao lado dos protestantes, mas com uma rara habilidade, pois nunca se comprometeu na questão religiosa, antes sempre protestou combater altruisticamente em favor das liberdades dos povos germânicos ameaçadas pelo absolutismo e arbítrio dum senhor ambicioso. E não foi à Alemanha, propriamente, que êle declarou a guerra: foi à Espanha, onde reinava igualmente um ramo da Casa de Austria contra a qual, em última análise, era dirigido por egoísmo o ódio da França.

Travada a luta, tudo quanto enfraquecesse a Espanha favorecia os seus adversários. E esta é sem dúvida a principal razão por que Richelieu interveio em Portugal, animando, por meio de secretos e repetidos mensageiros, com promessas e esperanças os patriotas. E' conhecida a *Instrução* que em 1638 êle deu ao Senhor de Saint-Pé, antigo Consul da Nação Francesa no nosso País, e que aqui voltou, ou cá mandou um representante, naquêle ano. O enviado deveria manifestar aos Portugueses a sinceridade da França, afirmando que esta nada mais desejava do que a glória de lhes dar auxílio para recuperarem a sua liberdade. Acrescentaria «que se êles quieram expulsar os Espanhóis de tôda a Espanha(!), a França, embora queira ajudá-los, não pretende partilhar da conquista, antes consente que fique inteiramente para aquêle que elegerem rei». Richelieu nada queria, tudo prometia, contanto que Portugal se revoltasse!

Nos cálculos dos patriotas conjurados deviam



estas promessas ter sido tomadas, sem a menor dúvida, em grande conta.

E no 1.º de Dezembro de 1640 a revolução eclodiu.

Triunfante o movimento, logo todos os olhos se voltaram para a França.

D. João IV, que tudo teve de improvisar, improvisou também os seus diplomatas. Em 21 de Janeiro de 1641 estavam escolhidos os Embaixadores extraordinários à corte de Luiz XIII e foram-lhes dadas as competentes instruções: deviam propôr a celebração duma aliança ofensiva, entre as duas nações, e a constituição duma liga contra a Espanha, formada por Portugal, França, Holanda e outros Estados. (Convem lembrar que Filipe IV de Espanha dominava não só na Península Ibérica, mas também na maior parte da Itália e dos Países-Baixos).

Por motivos de força-maior os Embaixadores só puderam embarcar em 28 de Fevereiro. Chegaram a Paris no dia 25 de Março e no 1.º de Julho era assinado o tratado de aliança e amizade entre a França e Portugal contra o inimigo comum e em especial contra o rei castelhano.

D. João IV enviara pelos Embaixadores uma carta a Luiz XIII e outra a Richelieu. Ambas se encontram copiadas no códice 1.201 da Biblioteca, bem como as respectivas respostas.

A Richelieu o nosso Rei dava conta do envio dos Embaixadores, e pedia que os ajudasse em tudo que de sua parte elles propusessem.

Eis a resposta do Ministro:

Senhor:

«Eu não poderia mostrar a V. Mg.de o amor com que me dispuz a servi-lo diante de Sua Majestade el-Rei Cristianíssimo, porque V. Mg.de o conhecerá pelos efeitos de suas obras e pela relação que lhe farão os Senhores Embaixadores, os quais fizeram dignamente o que V. Mg.de lhes mandou.

E somente quero assegurar a V. Mg.de da continuação de meus serviços, dos quais não poderei dar melhor prova que pedindo a V. Mg.de trate mui de-veras das fortificações das fronteiras desse Reino e de seu provimento, de seus vassallos, sujeitos que sejam tam capazes na disciplina militar como são animosos e valentes, formando dois bons exércitos um por mar outro por terra, ordenando que um e outro sejam providos de gente e das mais coisas necessárias sem que os povos sejam por esta causa avexados e que ambos busquem ao inimigo fora dos estados de V. Mg.de não dando lugar a que elle venha a elles.

V. Mg.de sabe mui bem o como eu estou certo

em que saberá usar da prudência e do ânimo que Deus lhe deu para governar sua corôa e que não dormirá na quietação que gosa de presente pelas occupações que têm seus inimigos. Isto é o que pode dizer uma pessoa que deseja a V. Mg.de tôdas as felicidades e que é, verdadeiramente, de V. Mg.de humilimo e obediêntissimo servidor.

De Abavila, 15 Junho 1641.

Armand Richelieu.

No Ms., como assinatura, lê-se: — «irmão Rochilien», nas Provas vem: — «Harmon Rochelieu», erros evidentes, pois é sabido que Armand Jean Du Plessis de Richelieu era o nome do célebre estadista francês.

A carta que fica transcrita atesta quanto interesse Richelieu ligava à atitude de Portugal. Repetem-se ali, por singular coincidência, as recomendações que, segundo a *Memória e Instrução* dada em Março de 1641 a Saint-Pé, este devia fazer ao rei de Portugal: urgia que D. João IV organizasse bons exércitos de terra e mar; não tinha tempo a perder! Saint-Pé espicaçaria o Rei e o seu govêrno a prepararem-se para entrar na guerra: «não deve (D. João IV) adormecer sobre a prosperidade que teve no início, cuja continuação depende do vigor, vigilância e actividade com que sustentar a dignidade em que se encontra estabelecido».

Fôsse por simples e exclusivo interesse da política do seu País, como creio, ou não fôsse, o que me parece incontestável é que o nome de Richelieu merece ser incluído entre os daquêles a quem devemos em grande parte a restauração da nossa liberdade.»

*A-propósito da publicação de uma série de cartas de D. João IV, que o nosso ilustre colaborador sr. Dr. Eduardo Brazão iniciou nesta Revista, escreveu no «Diário da Manhã» de 11 do corrente o sr. Dr. Rodrigues Cavalheiro, o artigo que a seguir reproduzimos:*

«Todos os que se dedicam aos estudos históricos sabem que sem documentos torna-se impossível, com probidade, evocar o passado. No entanto, nem todos os que praticam a difícil arte de ressuscitar uma época ou uma figura, já perdidas nas brumas dos séculos, seguem à risca esse preceito elementaríssimo. E assim, grande parte da historiografia romântica da centúria passada assenta em fragilíssimas bases documentais, numa carência quasi absoluta de testemunhos. Só as opiniões desenfreada-



mente livres dos autores dêsses pseudo livros de História guiavam as suas conjecturas ou as suas conclusões.

Envenenada por cem anos de liberalismo faccioso, de costas voltadas para os documentos, a História do nosso passado adulterou-se de tal fórma que, para fazer brotar a verdade de tanta mentira amontoada, necessário se torna, quasi sempre, fazer tábua-raza ao existente e recomeçar, com paciência, pelo princípio. Foi, por exemplo, o que fez Caetano Beirão com D. Maria I. Ele no-lo revela na introdução do seu livro magnífico:—«Pusemos de parte toda e qualquer idea preconcebida; desprezamos quasi por completo tudo quanto historiôgrafos mais ou menos suspeitos escreveram sobre aquella época; fomos directamente às fontes que nos permitissem reconstituir, tanto quanto possível de harmonia com a verdade, a personalidade da Rainha reinante, o seu tempo, as principais figuras que a rodearam, os actos do seu governo, o sentido, enfim do seu reinado».

Se como pretendia Bainville, no rasto luminoso de Sainte-Beuve, a História é essencialmente psicologia, nada mais importante para o seu conhecimento do que as correspondências, verdadeiro espelho de caracteres e sentimentos. No entanto, é conveniente saber-se que entre nós se escreveu largamente sobre D. Maria I sem se possuir por junto um só documento particular do seu régio punho. Explorando metódicamente os arquivos de Madrid e de Simancas, Caetano Beirão recolheu cerca de seiscentas cartas inéditas da soberana, sobre as quais, em grande parte, levantou a sua modelar monografia. E para o período pombalino iniciou trabalho semelhante com a correspondência da Rainha D. Mariana Vitória.

Ora, com D. João IV tem sucedido exactamente o mesmo. O século XIX cobriu esse grande monarca de diatribes e de calúnias. Camilo, Pinheiro Chagas, Oliveira Martins, Teófilo Braga, José Caldas e outros menores, não se cansaram de glosar em todos os tons a pusilanimidade, a incompetência, a nulidade do «Restaurador». Provas? As opiniões expendidas nos panfletos da época, inspirados por Oliveiras. É Joaquim de Vasconcelos quem o afirma, salientando que esses falsos cronistas nunca consultaram os documentos dignos de atenção.

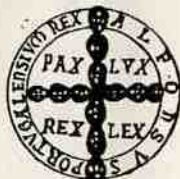
Nos arquivos portugueses jazem esquecidas cen-

tenas de cartas de D. João IV para os seus diplomatas, para os seus homens de guerra, para os seus artistas, para os seus amigos e confidentes. Tudo, ou quasi tudo, está inédito. E sem o conhecimento desses textos torna-se impossível falar com segurança do primeiro reinado brigantino. Urge, portanto, publicar toda essa correspondência, para que o vulto do monarca nos apareça nas suas reais proporções. A ocasião é excelente, dada a próxima comemoração centenária da Revolução de 1640.

No último número da «Revista dos Centenários» o sr. dr. Eduardo Brazão inicia a publicação duma série de cartas de D. João IV, documentos do maior interesse para a história diplomática, política e militar da Restauração. A Academia Portuguesa da História vai também revelar grande parte da correspondência do monarca. Só depois de conhecidas essas colecções será possível erguer com segurança o perfil do «Restaurador».

Referem-se à campanha de 1644 e são dirigidas ao nosso embaixador Pereira de Castro, então em Munster, as três peças publicadas pelo sr. dr. Eduardo Brazão. Numa delas dá-nos noticia da vitória do Montijo, com pormenores que mostram até que ponto D. João IV se interessava por tudo quanto dizia respeito à defesa do reino e à projecção que os acontecimentos das fronteiras deveriam ter nas côrtes amigas ou aliadas. Merecem larga atenção esses documentos e neles se espelham as altas qualidades de soberano e de português de quem foi tão injustamente caluniado por uma historiografia de facção. O sr. dr. Eduardo Brazão, que tem estado em contacto íntimo com os arquivos da época, escreve com razão: — «A lenda que denegeriu a figura admirável de El-Rei D. João IV está, pode-se dizer, desfeita, em face dos estudos sérios e desapaixonados com que ultimamente se tem vindo a ennobrecer a historiografia nacional. É esta, cremos, uma das homenagens que em 1940 se podem prestar ao nosso movimento libertador do século de seiscentos, respondendo o seu legítimo chefe no lugar de destaque que lhe é devido por tantos títulos!»

Mãos à obra, pois! E que cada investigador, cada erudito, contribuia com a sua parte para a reabilitação da memória daquele que os contemporâneos cognominaram com toda a justiça do «Feliz Restaurador». E o conhecimento da sua correspondência é a base capital dessa tarefa de justiça histórica».





# NOTAS VÁRIAS

## UMA OFERTA À MARINHA DE GUERRA PORTUGUESA

A placa de bronze que a Marinha de Guerra do Brasil vai oferecer à Marinha de Guerra portuguesa por ocasião das Comemorações Centenárias, trabalho notável do consagrado escultor brasileiro Calmon Barreto, acaba de obter a medalha de ouro na Exposição Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro.

Essa placa, que mede 1<sup>m</sup>,80 × 1<sup>m</sup>, em baixo relevo, apresenta de um lado as naus quinhentistas portuguesas e do outro as torres de um couraçado moderno. Ao centro uma grande figura representa a Aviação, tendo a seus pés os seguintes versos do Visconde de Araguaya, o celebrado autor da «Confederação dos Tamoyos»:

«Não somos nós os netos de Albuquerque Raça de Lusos?»

Por baixo tem as datas de 1500 — 1940.

## A COLABORAÇÃO DA ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA

Numa das últimas reuniões da Academia Portuguesa de História, presidida pelo sr. dr. António Baião, deu conta, este académico, dos trabalhos da Academia destinados às Comemorações dos Centenários da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência, que se encontram no prélo, os quais são: «Documentos medievais portugueses», publicados pelo dr. Rui Pinto de Azevedo; «Relatório acerca da localização da batalha de Ourique», pelo tenente-coronel Augusto Botelho da Costa Veiga; «As origens do executor testamentário», pelo dr. Manuel Paulo Meréa; «Memórias do mosteiro de Pombeiro», publicadas pelo dr. António Baião; «Os forais medievais vimaranenses», pelo dr. Alfredo Pimenta; «Memórias do mosteiro de Paço de Sousa», publicadas pelo mesmo académico, e «Crónica da Fundação do mosteiro de S. Vicente de Lisboa», por Afonso de Dornelas, obras que se referem à Fundação da Nacionalidade.

Os trabalhos comemorativos da Restauração da Independência são: «Embaixadas do Conde da Vidigueira, Marquês de Niza — Cartas originais a elle dirigidas pelo Governo português»; «Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV»; e «Cartas de Sua Magestade D. João IV aos Ministros e Governadores do reino», todas publicadas pelo dr. Possidonio Mateus Laranjo Coe-

lho; «A rendição das guarnições castelhanas em 1640», pelo capitão Gastão de Melo de Matos; «José Pinto Pereira Vedor da Fazenda Geral da India e conselheiro ultramarino de El-Rei D. João IV», pelo capitão Charles Ralph Boxer; «Figuras e episódios da Restauração», pelo dr. António Rodrigues Cavalheiro e Luiz Pastor de Macedo; «Cartas de D. João IV a D. João da Costa (Conde de Soure)», pelo dr. António Rodrigues Cavalheiro; «Gente das Ilhas na Guerra da Restauração», pelo dr. João Cabral do Nascimento; «A Europa e o domínio filipino em Portugal», pelos drs. António Rodrigues Cavalheiro e Luiz Vieira de Castro; «O Brasil e a restauração de Angola», pelo dr. Gustavo Barroso.

## ALGUMAS OBRAS A EDITAR PELA SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO

A Secção de Propaganda e Recepção, da Comissão Executiva dos Centenários, que funciona no S. P. N., além dos numerosos folhetos em várias línguas que tem publicado sobre o significado das festas de 1940 e o seu programa, prepara activamente a edição de várias obras, de acôrdo com as directrizes da nota officiosa relativa às comemorações centenárias.

Virginia de Castro e Almeida e Pedro Correia Marques escreveram, respectivamente, um itinerário histórico do país e uma História de Portugal, este último livro ilustrado por Manuel Lapa.

A Agência Geral das Colónias, como membro da Secção, dirige directamente a edição de duas obras de divulgação cultural: o «Resumo histórico da colonização portuguesa» e «A Restauração de 1640 e o Império Colonial Português», que descreverá a epopeia da reconquista das nossas colónias, no Brasil, na Africa e no Oriente.

O album «Portugal-1940», cuja direcção gráfica foi confiada a Leitão de Barros, será o album panorâmico da obra do Estado Novo.

Luiz Reis Santos foi encarregado da redacção do album sobre as «Terras, paisagens e monumentos de Portugal», que será ilustrado com fotografias de Mário Novais.

Editar-se-á também, com valiosa documentação fotográfica e ilustrações de Paulo, um album etnográfico e folclórico, no qual colaboram cerca de duas dezenas de escritores especializados nos temas que cada um versou.

Entre as obras da Secção, figurará também um admirável mapa de Almada Negreiros com os principais monumentos que atestam o espírito e os períodos gloriosos da nação.



# INDICE DO PRIMEIRO VOLUME

TEXTO:	Fasc.	Pág.
A «Revista dos Centenários» — <i>Dr. Júlio Dantas</i> .....	1	1
Independência de Portugal — <i>Nota Oficiosa da Presidência do Conselho</i> .....	1	2
1140 — 1640 — 1940 — <i>Dr. Agostinho de Campos</i> .....	1	9
Nossa foi a Restauração — <i>Dr. Afrânio Peixoto</i> .....	1	13
Alocução aos Portugueses — <i>Dr. Júlio Dantas</i> .....	1	15
Carta aberta aos Portugueses de 1940 — <i>António Ferro</i> .....	1	19
A mais alta justificação da Independência — <i>Dr. Hernani Cidade</i> .....	2/3	1
Declarações do Sr. Dr. Augusto de Castro, Comissário Geral da Exposição do Mundo Português .....	2/3	5
Apêlo feito pelo grande escritor Carlos Malheiro Dias aos Portugueses do Brasil para a comemoração do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal — 1140 — 1640 — 1940 .....	2/3	13
O Senhor de Vila Viçosa — <i>Dr. Rodrigues Cavalheiro</i> .....	2/3	17
O Duplo Centenário de 1940 .....	2/3	21
Portugal — Espanha — <i>Dr. Vieira de Almeida</i> .....	4	1
O Cortejo do Mundo Português .....	4	5
Portugal e Guimarães — <i>Dr. Luiz de Pina</i> .....	4	11
Apontamentos para a História dos Domínios Ultramarinos de 1580 a 1640 — Consequências imediatas — <i>Dr. Manuel Múrias</i> .....	5	1
Guimarães — Dia um de Portugal — <i>Dr. Alberto d'Oliveira</i> .....	5	7
Programa Calendário das Festas Nacionais de 1940 .....	5	9
Castelos de Portugal — Leiria e Óbidos — <i>Cap. Jorge Larcher</i> .....	5	21
O Brasil e a Restauração de Portugal — <i>Dr. Gustavo Barroso</i> .....	6	1
A Mística da Restauração — <i>Dr. Cabral do Nascimento</i> .....	6	7
A Exposição do Mundo Português será uma afirmação de técnica nacional .....	6	11
Castelos de Portugal — Montemor-o-Velho, Penela e Soure — <i>Cap. Jorge Larcher</i> .....	6	19
Um neto de D. Afonso Henriques grande Aventureiro — <i>Aquilino Ribeiro</i> .....	7	1
Os Mendes da Maia e a Fundação da Nacionalidade — <i>Padre Agostinho de Azevedo</i> .....	7	5
O Congresso do Mundo Português — <i>Dr. Júlio Dantas</i> .....	7	12
Castelos de Portugal — Guimarães — <i>Cap. Jorge Larcher</i> .....	7	21
As Festas dos Centenários, ciclo de justiça histórica — Um grande Rei: D. João V — <i>Dr. João Ameal</i> .....	8	1
D. Afonso Henriques poderá ser beatificado? — <i>Padre Miguel de Oliveira</i> .....	8	7
A Secção Colonial da Exposição do Mundo Português .....	8	14
A Espada de Afonso Henriques (I) — <i>Dr. Carlos de Passos</i> .....	8	18
Castelos de Portugal — Feira — <i>Cap. Jorge Larcher</i> .....	8	25
Independência de Portugal — <i>Dr. Luiz Vieira de Castro</i> .....	9	1
História parcial e História verdadeira — <i>Dr. Rodrigues Cavalheiro</i> .....	9	3
A Espada de Afonso Henriques (II) — <i>Dr. Carlos de Passos</i> .....	9	11
Castelos de Portugal — Palmela e Sezimbra — <i>Cap. Jorges Larcher</i> .....	9	19
A Campanha de 1644 — <i>Dr. Eduardo Brazão</i> .....	10	1
Congresso do Mundo Português — (Congresso Colonial) .....	10	9
A Batalha de S. Mamede — <i>António Alvaro Dória</i> .....	10	16
Castelos de Portugal — Almourol e Tomar — <i>Cap. Jorge Larcher</i> .....	10	22
O Espírito autonomista na literatura portuguesa sob os Felipes — <i>Dr. Hernani Cidade</i> .....	11	1
Algumas cartas de D. João IV — <i>Dr. Eduardo Brazão</i> .....	11	5
Congresso Internacional da Mocidade .....	11	11
Como conseguiu Portugal a sua autonomia política? (I) — <i>Dr. José de Oliveira Boléo</i> .....	11	14
Castelos de Portugal — Pombal e Pôrto de Mós — <i>Cap. Jorge Larcher</i> .....	11	20
Escrúpulo dos Conjurados em 1640 — <i>Dr. Hipólito Raposo</i> .....	12	1
A Aclamação de D. João IV no Rio de Janeiro — <i>Dr. Gustavo Barroso</i> .....	12	7
A Morte de D. João IV — <i>Dr. Eduardo Brazão</i> .....	12	13
D. João IV — A sua «Livreria de Música» e o Colégio dos Reis, de Vila Viçosa — <i>Maestro Ruy Coelho</i> .....	12	21
Vila Viçosa — <i>Dr. Rodrigues Cavalheiro</i> .....	12	28
Algumas cartas de D. João IV — <i>Dr. Eduardo Brazão</i> .....	12	37
Como conseguiu Portugal a sua autonomia política? (II) — <i>Dr. José de Oliveira Boléo</i> .....	12	41
Castelos de Portugal — Alcácer-do-Sal e Silves — <i>Cap. Jorge Larcher</i> .....	12	45
<b>LEGISLAÇÃO</b> .....	1	25
» .....	2/3	23
» .....	4	22
» .....	5	25
» .....	7	24
» .....	9	23
» .....	11	24



	Fasc.	Pág.
REVISTA DA IMPRENSA .....	1	30
» » » .....	2/3	27
» » » .....	4	22
» » » .....	5	26
» » » .....	6	25
» » » .....	7	26
» » » .....	8	29
» » » .....	9	23
» » » .....	10	26
» » » .....	11	26
» » » .....	12	49
NOTAS VARIAS .....	1	33
» » .....	2/3	31
» » .....	4	25
» » .....	5	29
» » .....	6	28
» » .....	7	28
» » .....	8	30
» » .....	9	26
» » .....	10	28
» » .....	11	29
» » .....	12	52

## ÍNDICE DOS AUTORES

	Fasc.	Pág.
Afrânio Peixoto (Dr.) — Nossa foi a Restauração .....	1	13
Agostinho de Azevedo (Padre) — Os Mendes da Maia e a Fundação da Nacionalidade .....	7	5
Agostinho de Campos (Dr.) — 1140 — 1640 — 1940 .....	1	9
Alberto d'Oliveira (Dr.) — Guimarães — Dia um de Portugal .....	5	7
António Ferro — Carta aberta aos Portugueses de 1940 .....	1	19
Aquilino Ribeiro — Um neto de D. Afonso Henriques grande aventureiro .....	7	1
Boléo (Dr. José de Oliveira) — Como conseguiu Portugal a sua autonomia? (I) .....	11	14
Boléo (Dr. José de Oliveira) — Idem (II) .....	12	41
Cabral do Nascimento (Dr.) — A Mística da Restauração .....	6	7
Carlos de Passos (Dr.) — A Espada de Afonso Henriques (I) .....	8	18
Carlos de Passos (Dr.) — Idem (II) .....	9	11
Dória (António Álvaro) — A Batalha de S. Mamede .....	10	16
Eduardo Brazão (Dr.) — A Campanha de 1644 .....	10	1
Eduardo Brazão (Dr.) — Algumas cartas de D. João IV .....	11	5
Eduardo Brazão (Dr.) — A Morte de D. João IV .....	12	13
Eduardo Brazão (Dr.) — Algumas cartas de D. João IV .....	12	37
Gustavo Barroso (Dr.) — O Brasil e a Restauração de Portugal .....	6	1
Gustavo Barroso (Dr.) — A Aclamação de D. João IV no Rio de Janeiro .....	12	7
Hernani Cidade (Dr.) — A mais alta justificação da Independência .....	2/3	1
Hernani Cidade (Dr.) — O Espírito autonomista na literatura portuguesa sob os Felipes .....	11	1
Hipólito Raposo (Dr.) — Escrúpulo dos Conjurados em 1640 .....	12	1
João Ameal (Dr.) — As Festas dos Centenários, ciclo de justiça histórica. Um grande Rei: D. João V .....	8	1
Jorge Larcher (Capitão) — Castelos de Portugal: Leiria e Óbidos .....	5	21
Jorge Larcher (Capitão) — Montemor-o-Velho, Penela e Soure .....	6	19
Jorge Larcher (Capitão) — Guimarães .....	7	21
Jorge Larcher (Capitão) — Feira .....	8	25
Jorge Larcher (Capitão) — Palmela e Sezimbra .....	9	19
Jorge Larcher (Capitão) — Almourol e Tomar .....	10	22
Jorge Larcher (Capitão) — Pombal e Pôrto de Mós .....	11	20
Jorge Larcher (Capitão) — Alcácer do Sal e Silves .....	12	45
Júlio Dantas (Dr.) — A «Revista dos Centenários» .....	1	1
Júlio Dantas (Dr.) — Alocução aos Portugueses .....	1	15
Júlio Dantas (Dr.) — O Congresso do Mundo Português .....	7	12
Luiz de Pina (Dr.) — Portugal e Guimarães .....	4	11
Malheiro Dias (Carlos) — Apêlo feito aos Portugueses do Brasil .....	2/3	13
Manuel Múrias (Dr.) — Apontamentos para a História dos Domínios Ultramarinos de 1580 a 1640 — Consequências imediatas .....	5	1
Miguel de Oliveira (Padre) — D. Afonso Henriques poderá ser beatificado? .....	8	7
Rodrigues Cavalheiro (Dr.) — O Senhor de Vila Viçosa .....	2/3	17
Rodrigues Cavalheiro (Dr.) — História parcial e História verdadeira .....	9	3
Rodrigues Cavalheiro (Dr.) — Vila Viçosa .....	12	28
Ruy Coelho (Maestro) — D. João IV. A sua «Livreria de Música» e o Colégio dos Reis, de Vila Viçosa .....	12	21
Vieira de Almeida (Dr.) — Portugal-Espanha .....	4	1
Vieira de Castro (Dr. Luiz) — Independência de Portugal .....	9	1



